

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

VALORIZAR QUEM SE ENVOLVE E PREMIAR O MÉRITO



PROGRAMA DE AÇÃO 2014-2018

CAPA E FOLHA DE ROSTO

Painel do Átrio da ESEnfC, Polo A

Autor - DeMar

Agradecemos reconhecidamente ao autor da obra a autorização para utilização das aguarelas da capa e folha de rosto.

CANDIDATURA A PRESIDENTE DA
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM
DE COIMBRA

PROGRAMA DE AÇÃO
Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento



Fevereiro de 2014



RENOVAR UM COMPROMISSO

O compromisso que agora renovamos iniciou-se em 2006, tínhamos então um grande desafio: A transformação, por fusão, das duas grandes Escolas de Enfermagem existentes em Coimbra na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Os princípios estão enunciados - centrar a decisão e ação nas Pessoas, integrar sem exclusões, mas com exigência; agregar a comunidade educativa, no mesmo espírito, história, tradição, modernidade e vanguarda, reconstruindo uma renovada identidade e pertença; intervir na comunidade de forma sólida, sustentada e reconhecida de forma a afirmar a Escola como centro de qualidade no ensino, na investigação e na inovação em cuidados de Enfermagem; vencer desafios, transformar obstáculos em oportunidades, e liderar projetos e ideias inovadoras que permitissem desenvolver a disciplina de enfermagem e contribuíssem para delimitação clara do mandato social da profissão, garantir a liderança necessária à implementação de novas formas de organização e gestão, construir estabilidade, cooperação e coesão – ficou refletido no lema: *“Uma Escola de Todos e com Todos pelo desenvolvimento da Enfermagem”*.

No final desse primeiro mandato a EUA (European University Association), reconheceu o sucesso do trabalho de todos, tal como se pode ler na transcrição do relatório então efetuado: *“A equipa de avaliação ficou impressionada com a eficácia desta transformação [a fusão], que pode ser atribuída, por um lado, à liderança da ESEnC e, por outro lado, à atitude positiva e ambiente colaborativo dentro da ESEnC” (...). “A equipa de avaliação entende a ESEnC como uma Instituição de Ensino Superior que olha para a frente, em direção ao futuro, mas com o apoio de uma longa história e tradição. Na Escola, isto reflete-se, claramente, na necessidade de criar uma estratégia para o futuro e de definir uma cultura de qualidade para o presente (e para o futuro)” (...). “Para além disso, a equipa de avaliação ficou impressionada com o forte empenho de todas as pessoas dentro da ESEnC, desde a direção ao pessoal (docente, administrativo, de investigação) e aos estudantes. Talvez seja este o maior ponto forte da Escola, que atua como uma força motriz em muitos casos. Ao mesmo tempo, este empenho dá um grande contributo para que as dificuldades sejam ultrapassadas e os problemas resolvidos”. “Deve ser igualmente enfatizado que este empenho se estende ao exterior, isto é, à região, à sociedade no geral. E, por sua vez, a ESEnC possui uma elevada reputação local devido à imagem positiva que tem construído”(...).*

“A equipa de avaliação gostaria ainda de sublinhar a governação eficaz e eficiente da Escola. A nossa impressão geral é a de que a ESEnC é uma instituição altamente profissionalizada e bem organizada”. “A governação na ESEnC tem duas características (...). Por um lado, temos uma

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

governação forte, eficaz e eficiente, (...), por outro lado, temos boas e próximas relações não-formais dentro da Escola, um impressionante ambiente positivo presente nas relações internas. Para a equipa de avaliação, a ESEnC alcançou um equilíbrio interno notável no seu dia-a-dia entre órgãos de governação e os membros individuais da comunidade educativa a todos os níveis. Isto deve-se claramente à liderança da Escola"(...): "A equipa de avaliação sublinha com satisfação que a questão da qualidade está no centro das preocupações da ESEnC, e que têm sido dados passos significativos no sentido de estabelecer estruturas e processos para criar e manter uma cultura da qualidade em toda a Escola"(...). Reconhece-se que "a ESEnC está a caminhar na direção certa para o seu futuro" (Evaluation Report EUA, 2009).

Em 2010, já num contexto de permanentes mudanças políticas, sociais e económicas e, particularmente de mudanças no ensino superior, sentimos que ao contrário de se fecharem tarefas, foram-se abrindo caminhos e desenhando novos desafios. Tínhamos responsabilidades e compromissos não cumpridos, principalmente o de " Sermos uma Escola de Ensino Universitário", que sabíamos difícil, exigente e moroso. Era necessário continuar a trabalhar para garantir a consolidação e reconhecimento da Enfermagem como área científica autónoma. Impunham-se: *"passos concretos no sentido de melhorar e elevar a capacidade de investigação e as qualificações do potencial humano da Escola. Caminhando paulatinamente para ter os requisitos internacionalmente aceites para uma **instituição orientada para a investigação**, afirmando-se nacional e internacionalmente como uma instituição de **Ensino e de Investigação**."* (Plano de Ação 2010-2014). Representar a comunidade educativa, assumindo o cargo de Presidente da ESEnC, permitia-nos cumprirmo-nos cumprindo essa missão. Sentimos então que existiam condições e que tínhamos a responsabilidade de apresentar a nossa disponibilidade para continuar a servir a Escola no exercício do cargo.

Creemos, ainda que conscientes de algumas fragilidades e limites inerentes a um projeto, não apenas radicado na mobilização e empenhamento da comunidade interna e externa à Escola mas muito influenciado pelas mudanças de Regulamento Jurídico do Ensino Superior e económico-financeiras do país, conseguimos no essencial, dar grandes passos na direção certa. Temos hoje uma Escola com mais investigação, mais qualificada ao nível das pessoas e dos recursos, mais conhecida e reconhecida pelo trabalho que desenvolve nos seus diferentes domínios de missão, mais internacionalizada, com uma presença mais visível na sociedade, mais interveniente no espaço público, protagonizando ideias e novos projetos, mais reconhecida e prestigiada. Mas ao mesmo tempo também mais coesa, mais consciente da sua identidade coletiva e mais determinada na defesa dos valores da participação e da cooperação interna e externa, mais capaz de identificar debilidades e ameaças e de as transformar em

oportunidades para melhorar continuamente e para se tornar mais forte. Ciente de quem é e para onde quer caminhar. Mas os princípios por si só não fazem mudanças. Os princípios são orientações teóricas, valores guia, mas a ação é uma prática-teórica que se concretiza por comportamentos e atitudes. A ação é o meio essencial de realização dos objetivos desejados. Dizia Gaston Bachelard que os métodos não são neutros, mas instrumentos carregados de ideologia. Adotar e promover um modelo de governação de gestão partilhada e a instrução democrática da decisão exigiu de todos uma mudança de atitude, um novo modo de estar e atuar, nem sempre isento da necessidade de fazer lutos.

A nova realidade estatutária introduzida pelo RJES impôs um olhar diferente sobre a organização e cultura institucional, consentâneo com um modelo de gestão assente, na cooperação - entre órgãos de governo, os demais órgãos, as unidades científico-pedagógicas, as unidades diferenciadas e os serviços -, na transparência, na prestação de contas e responsabilização. Tratou-se, tal como desde sempre o percebemos, de um desafio exigente de coordenação e interdependência entre todos, de diálogo e concertação ainda em aperfeiçoamento contínuo.

Compete à Presidente a supervisão e regulação dos processos que garantam a concretização efetiva da missão e atribuições da Escola, segundo as orientações definidas nos macro instrumentos de planeamento e gestão aprovados pelo Conselho Geral. Nesta medida, a Presidente é o principal mediador entre os órgãos de governo e unidades científico-pedagógicas, diferenciadas, e serviços competindo-lhe a coordenação, articulação, apoio e promoção de ações de desenvolvimento e colaboração mútuos capazes de conferir aos diferentes projetos e decisões unidade nos fins e eficácia na ação. Como temos afirmado, não temos uma leitura minimalista das funções de Presidente, nem os atuais desafios que se colocam à Escola são compatíveis com uma direção débil, retardada na decisão porque excessivamente presa às virtudes dos consensos absolutos. Esta visão exige, ao mesmo tempo, a defesa do princípio da subsidiaridade que determina que o nível de intervenção/decisão mais pertinente deve ser o que corresponde às responsabilidades partilhadas de cada um e de cada órgão e/ou comissão na vida da escola.

Se nos anteriores mandatos tivemos como principal preocupação a criação das condições para um real diálogo e cooperação interna, e uma vez criado este clima e reafirmando a opção por um modelo de gestão participado, entendemos que o momento presente requer a implementação de decisões já devidamente consensualizadas, uma organização sólida dos serviços em articulação com os órgãos, UCP(s) e Unidades diferenciadas potenciando sinergias, ideias e projetos, bem como a utilização racional de recursos.

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

O verdadeiro potencial de execução e mudança reside nas pessoas (estudantes, docentes, não docentes, investigadores, colaboradores de investigação), na sua motivação para um projeto comum, na sua iniciativa e capacidade. Importa, como tal, continuar a promover e valorizar a autonomia das pessoas, das unidades serviços e órgãos, afirmando a participação, a liberdade, a crítica e diferença como valores maiores de uma organização democrática.

Se a nossa identidade é hoje mais forte, há ainda, contudo, uma nova transformação, já traçada no plano do desejo – a transformação em ensino universitário e integração na universidade –, que vai exigir um plano estratégico de e para a transição, uma nova reorganização, uma nova reconstrução de identidade e a mobilização de todos. Julgo que as principais condições estão asseguradas: o entendimento racional, a vontade, uma organização interna consolidada, uma comunidade consciente dos seus pontos fortes e das suas debilidades, com a visão de que o futuro passa pelo investimento sistemático e transversal nas diversas áreas de missão (formação, investigação, transferência de conhecimento, etc.). Para trilhar o caminho que ainda falta percorrer precisamos de uma coordenação firme e conectada com as pessoas, os seus interesses os seus talentos e mesmo os seus receios; que reforce a comunicação interna, que as pessoas conheçam e saibam por experiência com o que podem contar e em quem tenham aprendido a confiar; que conheça a Enfermagem, tenha construído boas relações e laços com a comunidade e seus representantes, tenha acumulado saber sobre a organização e a sua gestão, mas também sobre as políticas do ensino superior e sobre os parceiros com quem terá que vir a negociar, com posturas assertivas e presença efetiva, com credibilidade e diplomacia. Estas são competências cruciais para quem vai ter de liderar o futuro próximo da Escola, todas se aprendem e/ou constroem. Nós tivemos a honra e privilégio de ser presidente da Escola, ao longo dos últimos anos, o que nos deu a oportunidade de as desenvolver e de conhecer a comunidade educativa, os diferentes parceiros e interlocutores. Assim, num tempo caracterizado pela incerteza, instabilidade, indefinição e transitoriedade, ao nível político, financeiro e do ensino superior, sentimos o dever de continuar a pôr ao serviço da Escola tudo o que somos e aprendemos ao serviço da Escola, com a comunidade educativa e no exercício da função de Presidente. Os princípios e o modelo de governação expostos, junto com a vontade e sentido de responsabilidade que temos, podem ajudar a concretizarmos o grande desafio: enquadrar a enfermagem no ensino universitário. Esta é a marca de água desta nossa candidatura e a sua motivação. Assim renovamos o compromisso, que submetemos a sufrágio do Conselho Geral.

ENQUADRAMENTO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS

UM HORIZONTE INCERTO

Vivemos um tempo instável, com incidências críticas no sistema de ensino superior em Portugal, particularmente no ensino superior politécnico.

A incerteza, indefinição, instabilidade e desafios, decorrem de vários fatores e marcarão a governação no próximo quadriénio. Importa listar as que mais influência podem vir a ter na vida da ESEnfC. Falamos da reorganização da rede de ensino superior, da crise económico-financeira que o país ainda está a enfrentar, da implementação do novo modelo de desenvolvimento profissional proposto pela Ordem dos Enfermeiros e da avaliação de todos os cursos em funcionamento pela Agencia de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, a que se juntam as já conhecidas alterações demográficas com diminuição da população de jovens potencialmente candidatos ao ensino superior e a diminuição da procura dos cursos de mestrado em geral, pela dificuldade dos potenciais candidatos assumirem estes encargos financeiros.

Ora, o próximo ciclo de quatro anos sobre o qual o presente Programa de Ação incide obrigam-nos a ter sobre estas matérias pensamento construído e partilhado. Importa conhecer: O que nos é dado pensar? O que queremos ser? Como nos devemos posicionar num diálogo, com órgãos de governo, soberania e a comunidade, urgente e necessário?

A resposta a estas questões deve mobilizar uma história e património de meticulosa construção de que a Escola é depositária. É neste passado, onde ancoramos o nosso presente, que devemos posicionar o nosso futuro como atores (e não espectadores) das circunstâncias que o enformam, sendo “parceiros” de viva voz na construção das políticas públicas e na sua realização concreta. Não se trata de uma lógica reativa, mas da continuação do trabalho diário: um trabalho de reflexão, avaliação e melhoria contínua, problematizando cada ação, cada medida, cada opção estratégica, renovando a identidade no questionamento e na abertura, mas sem perder de vista a ideia principal que tem congregado os esforços de todos “ver reconhecido o ensino de enfermagem como ensino universitário”.

A REORGANIZAÇÃO DA REDE

Confrontamo-nos hoje com a vontade política de reorganizar a rede de ensino superior e não negamos a necessidade de fazer uma reflexão profunda sobre este área tão importante para a

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

vida das pessoas e para o desenvolvimento do país, por exemplo questionando a opção feita nos anos setenta por um sistema binário de ensino superior. A afirmação de que não é possível dar a ambos os subsistemas as condições necessárias ao seu desenvolvimento e cumprimento da sua missão, ainda mais que as diferentes missões das instituições de ensino superior são, tenuemente redefinida no RJIES, tem permitido as mais variadas leituras e desenvolvimentos que trazem confusão e desregulação do sistema. As relações entre os subsistemas, num ambiente de permissividade e crise, abandonaram a vertente competitiva e salutar que sempre as dinamizou, que podia ser potenciador de benefícios para ambos, adotando-se cada vez mais uma cultura de rotura e tentativa extemporânea de demarcação de um terreno sem regras, que minoriza o ensino politécnico (EP) e tende a remetê-lo cada vez mais à oferta da formação profissionalizante, como via alternativa de segunda escolha ao “verdadeiro” ensino superior. No entanto, do ponto de vista da regulação, o ensino politécnico é sujeito à mesma pressão de qualificação e de reforço da investigação e, ao mesmo tempo, não lhe são concedidas as mesmas condições para o fazer (por exemplo, impossibilidade de internalização e concessão de processos de doutoramento, de ofertas de mestrados académicos, com reflexos na massa crítica de investigação e publicações e nas condições para o desenvolvimento de I&D).

No momento em que se discute a reorganização da rede de instituições de ensino superior, faz sentido às Escolas de Enfermagem não integradas (como escrevemos no texto do memorando que acompanhou a posição das Escolas sobre a Reorganização da Rede enviada em dezembro de 2013 a sua excelência o Secretário de Estado do Ensino Superior, e que aqui sintetizamos) que se defina um plano estratégico de transição para a sua integração e transformação em unidades orgânicas de ensino universitário, que contemple um cronograma, objetivos, ações, indicadores e metas, quer ao nível do ensino e investigação, quer ao nível do corpo docente e condições de transição, quer ao nível dos recursos, para que todos possamos congregar esforços no mesmo sentido. Importa não esquecer que foi a intenção de dar oportunidade a estas Escolas de se prepararem para a transformação em ensino universitário, que esteve na base da sua criação por fusão das escolas pré-existentes nas três cidades – Coimbra, Lisboa e Porto, congregando a massa crítica necessária para que no período de transição, então iniciado e sem data de conclusão, pudessem reunir as condições necessárias para oferecer de forma articulada os três ciclos de formação em Enfermagem e desenvolver a investigação necessária à consolidação da disciplina. Situação acolhida e mantida pelos sucessivos governos.

Importa nesta discussão não esquecer que a Enfermagem é uma disciplina que procura o conhecimento das respostas humanas aos processos de saúde e de doença para ajudar os indivíduos, famílias e grupos a monitorizarem e a promover a sua saúde e a cuidar de

peçoas, para os assistir no cuidado de si mesmos e, ainda, para os ajudar a desenvolverem e utilizarem os recursos disponíveis (objeto e finalidade). O conhecimento de Enfermagem, conforme afirmava já em 1980, a American Nurses Association, compreende teorias e factos que exploram, descrevem, predizem e prescrevem a prática de Enfermagem relacionada com as respostas humanas a problemas de saúde atuais ou potenciais (Meleis, 2001) É a dimensão dos cuidados de saúde relacionada com o ajudar a pessoa a lidar com os seus problemas de saúde, processos e transições de vida que é o espaço de intervenção autónoma do exercício profissional dos enfermeiros. Como afirma Meleis (2001) *“as questões atuais que determinam o território da enfermagem incluem o que se relaciona com o cuidado das pessoas incapazes de cuidar de si próprias devido a doença ou antecipação de doença; como melhor ajudar os indivíduos e as populações para que mantenham a sua saúde e bem-estar; tudo o que envolve o autocuidado e como apoiar a promoção de atividades de autocuidado; e quais são as estratégias que os enfermeiros podem usar para manter ou promover a saúde, apoiar a recuperação, e lidar com a doença”*.

Sendo este o domínio próprio da disciplina de Enfermagem, o conhecimento de Enfermagem é mais vasto e inclui também, conhecimento das disciplinas afins, os conhecimentos que contribuem para a compreensão dos seus fenómenos centrais.

Como é conhecido, para o desenvolvimento da enfermagem enquanto área disciplinar foi determinante o acesso e a realização de estudos universitários por parte de enfermeiros responsáveis pelo ensino de Enfermagem, inicialmente nos EUA e mais tarde noutros países. Nos países onde a prática de investigação se tornou corrente, as preocupações com a difusão e impacto dos resultados da investigação na prática clínica começaram a surgir há mais de cinquenta anos (Miller e Messenger, 1978); Reino Unido (Hunt, 1981, 1987); Austrália (Retsas, 2000). Hoje, em todo o mundo, cada vez mais se impõe uma prática baseada na evidência o que implica não apenas o desenvolvimento de estudos sistemáticos sobre o objeto da disciplina: que respostas humanas, qual a sua natureza, que fatores as influenciam, que problemas e qual a sua epidemiologia; mas também estudos que articulem diagnósticos de enfermagem, com intervenções e resultados. Serão os estudos de meta-análise sobre estes estudos que permitirão perceber as regularidades e progredir para a produção de teorias preditivas essenciais a uma prática clínica baseada na evidência (Polit & Beck, 2004).

A criação de Unidades de Investigação em Enfermagem, no seio de Universidades, em vários países do mundo, com estudos graduados e pós graduados em enfermagem, tem-se revelado uma estratégia política fundamental para o desenvolvimento do conhecimento relevante

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

para o exercício da Enfermagem e tem-se traduzido numa melhoria significativa da qualidade dos cuidados de saúde. Em Portugal, tem-se assistido à criação de unidades de investigação em Enfermagem, como a nossa que é reconhecida pela FCT.

Por outro lado, a formação em enfermagem faz-se no nosso país já num percurso que abrange desde 2000 os três Ciclos de formação. A impossibilidade de desenvolvimento do doutoramento nas Escolas de Enfermagem onde se leciona o primeiro e segundo ciclo de formação impede o desenvolvimento articulado e harmonioso da formação e investigação nos diferentes ciclos, alimentando-os mutuamente e garantindo um contexto que sirva o desenvolvimento da enfermagem *"como profissão 'científica' reconhecendo-se aos enfermeiros a qualificação para o desenvolvimento de um trabalho técnico-intelectual onde a conceção está interrelacionada com a execução"*

Já em 2003 a Ordem dos Enfermeiros afirmava *"que no atual quadro jurídico do Ensino Superior, que mantém dois subsistemas: Politécnico e Universitário, o espaço natural do ensino de Enfermagem será no futuro no ensino universitário. Uma vez que a Enfermagem é hoje uma disciplina do conhecimento em crescente consolidação, com investigação própria que cria, representa e aplica o conhecimento necessário à prática dos cuidados, o que se enquadra no conceito de Ensino Universitário"*. Também no Rapport EUR 12040 FR, Mariana Dinis de Sousa afirma *ser na Universidade que os Enfermeiros encontrarão as condições mais favoráveis ao desenvolvimento da metodologia científica, da investigação, bem como de uma aprendizagem interprofissional, a partir da tríada educação, prática e investigação, como terreno propício à formação de enfermeiros e outros técnicos de saúde*.

Olhar o futuro da Disciplina de Enfermagem **coloca a necessidade de se refletir sobre o lugar da Enfermagem no Sistema de Ensino Superior em Portugal, não se trata só de discutir a instituição onde a(s) Escola(s) serão integradas mas da natureza do ensino de enfermagem para responder às necessidades sociais atuais**. A Lei continua a defini-lo como ensino politécnico, mesmo quando acontece em escolas integradas em Universidades, isto contraria, o desenvolvimento desta área científica.

O CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

A crise económico-financeira que o Mundo atravessa tem, em Portugal, repercussões sociais em todos os setores. Na Escola repercute-se principalmente ao nível da procura dos cursos (particularmente mestrados e formação contínua), da motivação profissional (diretamente

relacionada com o menor valor do trabalho e aumento do número de horas de trabalho agravadas pelos cortes de financiamento na sequência do processo de consolidação abrupta das contas públicas em Portugal e do resgate financeiro em curso.

A avultada diminuição de receita vinda por transferência do Orçamento de Estado para 2014, de 9,00%, irá ter impacto negativo na vida da instituição e vai exigir muitos esforços adicionais de toda comunidade educativa, obrigar a que se alterem, não as prioridades, mas o apoio financeiro à sua concretização o que pode vir a repercutir-se na desaceleração dos resultados que temos vindo a atingir. Apesar de tudo, não poderemos perder de vista nunca que a grande meta que a comunidade educativa definiu para si própria é: *transformar a Escola numa instituição orientada para a investigação e para o ensino baseado na e pela investigação.*

Desde 2010 que temos vindo a ver reduzida a receita por transferência de orçamento do estado que corresponde, comparando com 2014, a uma redução acumulada de 23,9% (2.282.000,00€). A acrescer a este subfinanciamento prevemos uma redução da receita própria, que se deve, entre outros fatores, à diminuição da procura dos cursos de pós-licenciatura e mestrados em virtude da situação financeira vivida pelos portugueses e também neste caso pelos enfermeiros potenciais candidatos aos cursos. Esta redução prevista das receitas, ainda incerta quanto aos seu valores, vai obrigar-nos a gerir com criatividade e com o habitual rigor, mobilizando os talentos de todos, agindo o melhor que formos capazes em conjunto para transformar os constrangimentos em oportunidades de desenvolvimento, contribuindo com o nosso melhor desempenho para melhorar as qualificações dos que escolhem formar-se connosco e do corpo docente, ao mesmo tempo que como dissemos valorizamos a investigação que contribua para diminuir as iniquidades em saúde.

Importa que todos juntos trabalhemos para passar a mensagem aos sucessivos governantes, que não basta pedir às instituições esforço e flexibilidade nas políticas para as adequar, não às necessidades, mas a orçamentos que as estrangulam. Importa encontrar modelos de financiamento do ensino superior que criem condições à gestão eficiente de recursos, um quadro que aposte na responsabilização e prestação de contas contra a desconfiança e menorização endémica que o controle burocrático pressupõe e alimenta; *“um quadro que fomenta a cooperação e não gavetas de um país pequeno com muros altos”*; um quadro que estabeleça um programa de financiamento plurianual aberto com base num planeamento estratégico articulado e na contratualização de resultados. Racionalização não é sinónima de racionamento: racionalização é fazer da razão, da inteligência, o locus de controlo da ação. Racionalizar é planear para além da resposta cega à conjuntura do momento, agir eficazmente, monitorizar e avaliar” (Gâmboa, 2013).

AS ALTERAÇÕES AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E QUALIDADE

As alterações propostas pela Ordem dos Enfermeiros à forma de acesso à profissão e ao Modelo de Desenvolvimento Profissional para obtenção do Título de Especialista, que se mantêm desde 2009 indefinido quanto à sua implementação e manutenção, a falta de clareza da articulação entre desenvolvimento profissional, percursos formativos e obtenção de graus académicos, repercute-se na procura dos cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem e obriga-nos a repensar a oferta formativa a partir da antevisão dos diferentes cenários possíveis.

No entanto, como já escrevemos no plano de atividades para 2014, quaisquer que sejam as reformulações a fazer têm que ser enquadradas sempre pela ideia de que as instituições de ensino superior, e as de saúde em particular, têm um compromisso para com a comunidade em que se inserem e a sociedade em geral: – contribuir, por um lado, com conhecimento científico que promova o desenvolvimento, o aumento da saúde e o bem-estar individual e social, e por outro, de promover uma educação dos estudantes que desenvolva o espírito de investigação, de um forte sentido do valor da aprendizagem que estimule a imaginação, a criatividade e a inovação, que garanta o desenvolvimento da capacidade de liderança intelectual e de construção de opinião abalizada, a par de uma sólida formação técnica, científica, ética e estética. Cabe-nos não apenas, no nosso caso, formar enfermeiros de excelência mas cidadãos que terão no futuro responsabilidade de participar socialmente, tornando-se por exemplo criadores de emprego, líderes políticos, comunitários, organizacionais e sociais, disseminadores/coletores de ideias e conhecimento que permitam soluções inovadoras para os problemas.

Cumpriremos sempre esta responsabilidade se garantirmos que **a investigação é o centro na vida da Escola sendo a marca diferenciadora da nossa instituição**. Enquanto instituição de ensino e de investigação temos que aumentar cumulativamente o conhecimento da disciplina e da profissão, ao mesmo tempo que garantimos que **a investigação** que fazemos alimenta as nossas diferentes áreas de missão, integrando abordagens inovadoras de pesquisa liderada por docentes da Escola, ensino e aprendizagem, conceção de programas, avaliação de alunos, e sistema de garantia de qualidade, **continuando a sustentar a diferença qualitativa dos cursos e serviços** que a Escola oferece, particularmente dos Cursos de Mestrado nas diferentes áreas do conhecimento especializado em enfermagem. Importa que se consolide uma responsabilização crescente dos diferentes atores para que garantam a articulação sistemática entre o ensino, a investigação, a inovação e prestação de serviços à comunidade, a sua internacionalização e a aferição dos programas e projetos por padrões internacionais.

Promover a elevada qualidade científica, pedagógica e de todos os processos de gestão que desenvolvemos tem mais do que nunca que continuar a ser uma preocupação de todos, transversal a todas as áreas de missão. A qualidade tem estado no centro das nossas preocupações. Importa continuar a aperfeiçoar o sistema de avaliação da qualidade de políticas, padrões e procedimentos para a garantia da qualidade de cursos, investigação, projetos de extensão e prestação de serviços à comunidade e a sua articulação com vista a que a avaliação sistemática de todos os processos e resultados, quer se trate de avaliação dos cursos, quer de aprendizagens de estudantes, quer de desempenhos de docentes e não docentes, para que este seja um instrumento efetivo de melhoria contínua de qualidade, com utilidade, reconhecida por toda a comunidade educativa e com capacidade de apontar áreas que eventualmente necessitem que se introduzam outras medidas de racionalização. Importa não esquecer em caso algum, que a qualidade das experiências de aprendizagem e do ambiente no qual os alunos aprendem irão moldar o futuro da comunidade profissional e da sociedade de que farão parte.

PROGRAMA DE AÇÃO



PROPÓSITO

Ao longo dos quatro anos de mandato é nosso propósito continuar a trabalhar para que a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, herdeira da mais antiga formação em enfermagem em Portugal, seja uma instituição pública de ensino universitário de referência nacional e internacional, reconhecida pela sua qualidade e capacidade de inovação, com intervenção no sistema de saúde e na comunidade.

Trabalharemos para que a comunidade educativa se comprometa, cada vez mais, com a formação humanista, científica, técnica e cultural, de profissionais que sejam socialmente reconhecidos e com a promoção de investigação acreditada, a difusão de conhecimentos e a prestação de serviços.

VALORES

O enunciado dos valores de uma organização visa a adoção de uma cultura transversal, porque partilhada, capaz de potenciar a intervenção de cada um no dia-a-dia, para que, em conjunto, atinjamos os desígnios de longo prazo definidos no âmbito de um plano estratégico ambicioso (Caldeira, 2008). No âmbito da definição do último plano estratégico, que agora finda, a Comunidade Educativa discutiu e definiu um conjunto de valores - humanismo, cidadania, liberdade, excelência, cooperação e ética – que não podemos, nem queremos, que deixem de ser a base da ação individual e coletiva. Por isso, parece-nos importante que reafirmemos os valores que nos comprometemos a continuar usar como princípios que sustentam a nossa tomada de decisão e ação.

Respeitaremos em qualquer caso a dignidade da pessoa e a liberdade de pensamento. Fomentaremos e valorizaremos, a criatividade e a solidariedade na construção de uma instituição aprendente. Promoveremos a liberdade de criação cultural, científica, técnica e artística, garantido a livre expressão e a pluralidade de ideias e opiniões. Orientaremos a nossa ação segundo os princípios da solidariedade, democraticidade, transparência e participação. No plano financeiro e organizacional, procuraremos promover uma utilização eficaz dos recursos pautada por critérios objetivos na sua afetação, pelo controlo da execução, pela auditoria e prestação de contas. No plano científico, pedagógico e de serviços, continuaremos a introduzir mecanismos que tornem visíveis os desempenhos pedagógicos, científicos e ou de serviços de todos os membros da comunidade Escolar, como instrumento de melhoria contínua individual e coletiva. Procuraremos promover uma cultura de avaliação que

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

garanta a permanente autocrítica, melhoria contínua e retro-alimentação dos processos e a acreditação da qualidade de cursos e serviços segundo normas internacionais; trabalharemos para a certificação sem condições do Sistema Interno de Garantia da Qualidade.

No quadro das nossas competências, procuraremos que a Escola desenvolva uma ação solidária e inclusiva, em estreita ligação com a comunidade. Perseguiremos um alto nível de qualidade, melhoria contínua e a excelência em todas as esferas de atividade.

COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS

A este nível daremos continuidade aos compromissos estratégicos já assumidos com especial relevo para o processo de transformação da Escola em Unidade Orgânica de Ensino Universitário e correspondente planeamento do processo de transição

- Continuar a garantir a qualidade da oferta formativa, promovendo a realização de formação em parceria com instituições de saúde e de ensino superior nacionais e internacionais de referência, orientada para as necessidades socio-demográficas, as exigências do mercado global de trabalho e a formação ao longo da vida e de modo a que a Escola seja primeira na atração de estudantes para os diferentes ciclos de formação;
- Continuar a promover a produção, difusão e transferência de conhecimentos e a formação de investigadores, que contribua para o desenvolvimento de práticas inovadoras baseadas no conhecimento produzido, criando condições para que a Escola seja uma referência de excelência na área da investigação, que contribui para o desenvolvimento e afirmação da disciplina de Enfermagem;
- Continuar a promover a articulação sistemática entre a investigação, a formação e as práticas clínicas no domínio da enfermagem, garantindo que a Escola seja reconhecida, nacional e internacionalmente, por formar na e pela investigação;
- Continuar a promover a inovação em enfermagem, para responder às necessidades resultantes das alterações sociais, prestando serviços à comunidade, que apliquem evidências científicas, que incluam a consultadoria, a formação, investigação e empreendedorismo, em articulação e complementaridade com outras instituições;
- Continuar a promover a mobilidade científica, técnica e cultural de docentes, não docentes e estudantes e o desenvolvimento de formação e investigação em rede com

instituições congéneres, de modo a que a Escola seja reconhecida e procurada a nível internacional pela qualificação do corpo docente, pela qualidade da sua formação graduada e pós-graduada e da investigação em enfermagem;

- Continuar a promover uma cultura institucional que se caracterize pela centralidade na pessoa, respeito pela sua criatividade, inovação, compromisso com o projeto da Escola, satisfação com o trabalho e estudo e pela articulação sistemática em todos os domínios da formação, inovação e investigação, de modo a contribuir para que os profissionais formados pela Escola sejam reconhecidos socialmente, pela excelência da sua formação global;

- Criar condições para que se verifique um alto nível de participação na tomada de decisões centrada na auto-responsabilidade, a organização sustentada dos processos e a visibilidade da ESEnfC na comunidade, de modo a tornar a Escola, numa referência no ensino superior a nível dos processos de gestão, desenvolvimento, consolidação e parcerias;

- Definir o plano estratégico de longo prazo, com a participação de toda a comunidade educativa, que garanta a definição de uma estratégia clara, orientada para o reconhecimento da Escola como instituição de ensino universitário. Esta estratégia deve dar continuidade ao trabalho com vista a preparar o terreno, difundir a argumentação que sustenta a necessidade de sermos ensino universitário, continuar a preencher todos os requisitos legais e/ou substanciais previsto na lei e cultura académica, para o ensino universitário, convencer todos os sectores que têm de ser convencidos sobre a necessidade da transformação e a capacidade e prontidão da Escola em enfrentar os desafios dessa nova realidade.

FORMAÇÃO

A formação não pode deixar de ser central na vida da Escola, pois é ela que dá e continuará a dar sentido à sua existência e a justificá-la, sem esquecer ainda que a formação é a principal fonte de receita atual da Escola.

A diminuição da procura do ensino superior por efeito das alterações demográficas, a que se juntou a crise económico financeira que a Europa atravessa com fortes repercussões na economia Portuguesa e no orçamento das famílias tem tido reflexos na procura das formações que a Escola oferece ao nível do segundo ciclo e é uma ameaça com que as instituições de ensino superior se terão que confrontar, mais cedo ou mais tarde, e que a Escola deve antecipar garantindo que a ESEnfC é primeira na atracção de estudantes para os diferentes ciclos de formação. A procura preferencial da Escola deve ser garantida pela qualidade e diversidade da nossa oferta formativa, ao nível dos diferentes ciclos. Qualidade quer dos processos formativos, quer dos resultados reconhecidos pela avaliação das entidades empregadoras e pelos cidadãos e pela procura preferencial pelas instituições que prestam cuidados de saúde dos nossos diplomados.

Continuamos a acreditar que na conceção e desenvolvimento dos diferentes ciclos de estudos, a Escola, não deve nunca perder de vista as quatro finalidades principais do ensino superior: preparação para o mercado de trabalho; preparação dos estudantes para a vida como cidadãos activos numa sociedade democrática; desenvolvimento pessoal e desenvolvimento e manutenção de uma base de conhecimento alargada e avançada (Comunicado dos Ministros do ensino superior europeus, Dinamarca, 2005).

O espaço Europeu de Ensino Superior e de empregabilidade, que Bolonha possibilitou, reforçou as exigências que se nos colocam, uma vez que aumentou a capacidade dos diferentes agentes de comparar a qualidade da oferta, fez aumentar a mobilidade orientada, facilitou os sistemas de acreditação e produção de *rankings*.

O processo de avaliação e acreditação dos cursos em funcionamento pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) teve o seu início em 2010. Todos os cursos em funcionamento e os novos cursos submetido, até à data pela Escola, foram acreditados, o novo ciclo de avaliação de todos os cursos terá lugar em 2015.

Pensamos que é urgente continuar o processo já iniciado de reavaliação da oferta formativa e dos planos curriculares em vigor em ordem a garantir que a mesma corresponde às

atuais necessidades de formação dos enfermeiros, quer do ponto de vista da sua natureza e diversidade, quer do ponto de vista da organização curricular, para que possa permitir a flexibilidade necessária à sua frequência em regímen pós-laboral.

A ideia de que os cursos de Enfermagem que oferecemos, sejam pensados de forma flexível, prende-se com a necessidade de permitir percursos diferentes, geridos pelos estudantes que incluam disposições que garantam a validação e reconhecimento de todas as formas anteriores de aprendizagem. Isto é, particularmente importante no contexto de segundos ciclos profissionais. Numa perspetiva de antecipação do futuro e no quadro dos novos modelos de desenvolvimento profissional que se desenham, seria de grande oportunidade que a Escola se preparasse para criar um novo leque de formações pós-graduadas que dê resposta às novas necessidades sociais e que preveja o reconhecimento, validação e revalidação de competências e aprendizagens clínicas de enfermagem. Esta oferta de novos cursos, deve melhorar a abrangência dos estudos de enfermagem que oferecemos, expandindo-os a novas áreas, alargando a base do ensino através de programas de aprendizagem ao longo da vida, usando cada vez mais as tecnologias de informação e comunicação e desenvolvendo programas de estudo juntamente com outras instituições nacionais e internacionais.

Por outro lado importa repensar a organização curricular e o modelo formativo de forma a adequá-lo cada vez mais à filosofia do processo de Bolonha, centrando-o no trabalho do estudante, e aos recursos existentes e sua coordenação. Assim, este exercício avaliativo deve ser encarado como oportunidade única para levar a cabo uma reflexão participada e partilhada sobre a nossa oferta formativa e as vertentes que a sustentam, nomeadamente: a qualificação do corpo docente, planos de estudos, internacionalização, metodologias de ensino/aprendizagem, eficiência formativa, avaliação dos estudantes, atividades de investigação, envolvimento dos estudantes no processo de tomada de decisão, o papel dos stakeholders externos, relação com os alumni, atividades de extensão e empregabilidade dos diplomados. Este processo deve resultar em propostas concretas de melhoria contínua, assim como na reformulação, alargamento e consolidação de procedimentos e ferramentas de auscultação das partes interessadas e de avaliação de resultados.

As mudanças que estamos e vamos continuar a introduzir, não podem perder de vista as orientações para o desenvolvimento e garantia da qualidade do ensino superior na Europa (entre outras, a Declaração de Bolonha, 1999; Comunicado de Praga, 2001; Comunicado de Berlim, 2003; Comunicado de Bergen, 2005; Declaração de Lisboa, 2007; Comunicado de Londres, 2007; Comunicado de Louvain, 2009).

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

A ESEnC acredita e persegue um modelo de ensino/aprendizagem centrado no estudante, com definição clara de objetivos e com preocupação sistemática em melhorar o sistema de avaliação centrado nas competências, particularmente no domínio das aprendizagens clínicas. O modelo de formação que integra aprendizagens teóricas e clínicas tem-nos feito, ao longo do tempo, cada vez mais, ancorar a formação nos resultados de aprendizagem e faz-nos permanentemente sentir a necessidade de encontrar estratégias para desenvolver nos estudantes o juízo crítico, competências de diagnóstico, competências para fazer frente à incerteza, a necessidades complexas e em contextos polivalentes e de utilização das tecnologias de comunicação e informação no processo de enfermagem. Esta necessidade levou-nos a experimentar novas estratégias de ensino aprendizagem, entre elas, o recurso à aprendizagem por simulação, o que tem motivado um investimento significativo nos nossos centros de simulação e na aquisição de simuladores de alta fidelidade de pessoa humana, que são hoje referência internacional. Importa continuar a investir na monitorização, acompanhamento e investigação sobre a bondade destas e outras estratégias que temos vindo a utilizar., Para garantir que estamos a caminhar na direção certa, é importante que com o contributo de todos aperfeiçoemos o nosso sistema interno de garantia da qualidade revendo as formas e a temporalidade de avaliação dos cursos, resultados e processos.

A elevada qualidade científica e pedagógica é a melhor garantia de sustentabilidade da ESEnC.

Para instituir uma política de afirmação dos cursos da Escola como os melhores do país na área da Enfermagem **comprometemo-nos a:**

- Continuar a criar condições a uma formação que desenvolva competências e atitudes que fomentem o empreendedorismo na área da saúde;
- Criar condições à internacionalização dos cursos oferecidos;
- Criar condições ao desenvolvimento de cursos conjuntos, com instituições congéneres nacionais e internacionais;
- Manter o número de alunos inscritos nos diferentes ciclos de formação;
- Diversificar a oferta formativa de 2º Ciclo;
- Diversificar a oferta de programas de pós-graduação, não conferentes de grau, conducente à formação avançada dos profissionais de saúde em áreas específicas;
- Manter em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra o 3º Ciclo em Ciências da Saúde: Ramo de Enfermagem

- Manter com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Pós-graduação em Economia da Saúde.
- Continuar a tentar influenciar a criação de quadro legal que nos permita oferecer o terceiro ciclo de formação em enfermagem, conjuntamente com universidades estrangeiras, com tradição de desenvolvimento de formação conducente à obtenção do grau de doutor em enfermagem;
- Promover a oferta formativa, de curta duração, em áreas consideradas prioritárias no plano nacional de saúde, com vista a contribuir para a formação contínua dos enfermeiros e outros profissionais de saúde, numa perspectiva de formação ao longo da vida;
- Promover oferta de formação dirigida a Professores do Ensino Básico e Secundário, sobre educação e saúde;
- Promover a realização de estudos periódicos sobre modelos pedagógicos e de avaliação, em uso na Escola;
- Promover, em articulação com o conselho técnico-científico e pedagógico, atividades que permitam a reconceptualização dos currícula e das práticas pedagógicas em uso;
- Promover estratégias que facilitem o acompanhamento pedagógico individualizado/ personalizado propostas pelos docentes;
- Continuar a garantir condições para que a responsabilidade científica e pedagógica e o acompanhamento da formação em ensino clínico seja realizado por docentes da Escola;
- Promover o desenvolvimento de novos modelos de cooperação e parceria para a orientação de alunos em ensino clínico;
- Garantir em ensino clínico acompanhamento pedagógico por docente da escola, pelo menos 1 ETI por cada doze alunos;
- Promover a integração de estudantes do 1º e 2º ciclo de estudos, como colaboradores de investigação em projetos de investigação inscritos na Unidade de Investigação;
- Reforçar a formação pedagógica de modo a garantir que todos os docentes detêm formação nesta área, bem como a oportunidade de realizarem cursos de actualização;
- Promover a contratação de individualidades, nacionais e internacionais, de reconhecido mérito profissional e académico, como docentes convidados a tempo parcial para colaborarem nos diferentes cursos;

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

- Melhorar e diversificar os recursos educativos da escola, nomeadamente bibliotecas e laboratórios de forma a possibilitar o maior desenvolvimento de competências técnicas através da aprendizagem por simulação e em ambiente controlado;
- Promover a avaliação da eficácia da formação por simulação nas práticas laboratoriais no sentido de a melhorar;
- Apoiar o desenvolvimento de programas que criem e desenvolvam equipamentos e ferramentas científico-pedagógicas necessárias à implementação de novas formas de trabalho de docentes e estudantes dando particular atenção aos que usem o e-learning;
- Criar um observatório com a finalidade de auscultação de novas necessidades das quais irá emergir nova oferta formativa;
- Renovar a oferta formativa, com capacidade de resposta a atuais e novos públicos e às necessidades de qualificação na área da saúde;
- Apoiar a conceção de ofertas formativas diferenciadas por ambientes de aprendizagem orientados para a pesquisa, a inovação, a resolução de problemas e uso das TIC;
- Reforçar espaços pedagógicos orientados para a autoformação e integração de conhecimentos;
- Reforçar as competências transversais, a inovação e o empreendedorismo nos planos de estudo dos cursos, favorecendo a transferência do conhecimento, a adaptabilidade e empregabilidade;
- Apoiar a criação de cursos em Ensino a Distância adequados a diferentes públicos alvo, particularmente para os novos diplomados pela Escola, a exercerem Portugal e no estrangeiro;
- Continuar a criar cursos de curta duração na área de enfermagem, lecionados em inglês por docentes internos e trazer docentes externos à semelhança do Módulo Europeu.

INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

No documento Europe 2020: Flagship Initiative – Innovation Union, de 6/Outubro/2010, a inovação é colocada no centro das atenções da estratégia Europe 2020, destacando-se como principais objetivos:

“1) investir em educação, I&D e inovação (I&D+i), mesmo numa altura de dificuldades financeiras; 2) evitar a fragmentação, ligando os sistemas europeus e nacionais de I&D+i; 3) reformar a educação, através da excelência, as universidades/instituições de ensino superior necessitam atrair talentos; 4) os pesquisadores e inovadores devem ser capazes de colaborar no espaço europeu de um modo tão simples como fazem nos seus espaços nacionais, criação de uma Área de Pesquisa Europeia que facilite a circulação do conhecimento; 5) o acesso a programas europeus de financiamento deve ser simplificado; 6) gerar mais inovação a partir da investigação, ligar a Ciência aos Negócios; 7) remover barreiras aos empreendedores para facilitar a colocação de ideias no mercado (financiamentos, dificuldades nos direitos de propriedade intelectual, acordos para patentes Europeias, etc); 8) lançamento de parcerias para a inovação na Europa; 9) tirar partido nas forças do design e criatividade, vencer na inovação social, dar visibilidade a iniciativas de sucesso e efetuar benchmarking; 10) trabalhar melhor com parceiros fora do espaço europeu; 11) criar empregos para colmatar os que foram banidos com a crise”.

Ao pensarmos este domínio de desenvolvimento da Escola, não podemos deixar de ter este horizonte como enquadrador das decisões.

Nos últimos anos a Escola tem vindo a assumir-se como uma instituição em que a investigação tem um papel fundamental. Os passos já dados, em que se sobressai o apoio à Unidade de Investigação, foram sinais claros em como estamos empenhados em que a investigação ocupe o lugar estratégico que lhe compete numa organização de ensino superior. E, apesar do sistema binário em que se organiza o ensino superior em Portugal e de, atualmente, o ensino de enfermagem se enquadrar no ensino superior politécnico, é reconhecido que a investigação ocupa um lugar central quer na formação dos estudantes quer no desenvolvimento do conhecimento, tal como tem vindo a ser transcrito nos diferentes diplomas legais.

Nos últimos quatro anos, a ESEnfC testemunhou uma evolução sem precedentes no reconhecimento da sua I&D, assumindo um lugar de destaque ao nível nacional com algum reconhecimento

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

internacional. Essa evolução está comprovada em todos os indicadores quantitativos e qualitativos que definimos como meta para esta área. Merece um especial destaque a evolução registada num dos principais indicadores qualitativos de avaliação nesta área, o impacto normalizado de citações, que os nossos docentes têm visto reconhecido cada vez mais.

Esta melhoria resulta, indiscutivelmente, do mérito dos investigadores e docentes da ESEnC, que têm divulgado os seus trabalhos, escolhendo cada vez mais criteriosamente os locais onde essa publicação tem lugar. Adicionalmente, a produção científica da ESEnC tem sido incentivada através do programa de apoio à publicação em revistas científicas de elevada qualidade e da criação de um Repositório Científico, que recolhe a produção científica da instituição. O repositório científico da Escola integra o RCAAP, o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, operado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

É reconhecido internacionalmente que a Enfermagem é uma disciplina do conhecimento científico com uma importante relevância na prática dos cuidados à pessoa e, como tal, impõe não só investigação dirigida à qualidade dos cuidados e a análise do custo benefício dos cuidados de saúde, como também investigação fundamental sobre a sua área disciplinar. De facto, se por um lado é reconhecida uma diversidade de características da disciplina que apoiam o seu compromisso com um forte, centrado e cientificamente baseado corpo de conhecimentos orientadores da prática de enfermagem, tais como: a definição da ciência de enfermagem como uma ciência “humana”, refletindo os aspetos de como se lida com a saúde e a doença; o forte ênfase na compreensão e explicação da prática atual da enfermagem para alcançar os melhores resultados para as pessoas, famílias e comunidades; o compromisso de desenvolver conhecimento para fortalecer os clientes, as enfermeiras e a disciplina; e, o grande valor colocado na compreensão da pessoa e das suas experiências, com o propósito de otimizar os cuidados de saúde e a promoção da saúde (Meleis, 1992), por outro, é reconhecido que os cientistas de enfermagem têm proposto modelos explicativos úteis, natureza e processos de enfermagem, bem como de compreensão da pessoa enquanto alvo dos cuidados nos diferentes momentos de vida e de relação com os processos de saúde e doença.

As duas áreas prioritárias, definidas pelo ICN (1997; 2003), para a investigação em enfermagem – saúde e doença; respostas dos serviços de saúde – enfatizam a necessidade da enfermagem responder de forma tangível ao mandato social que lhe é conferido, isto é, fundamentar o benefício dos seus cuidados para os cidadãos e comunidades. Por outro lado, e dada a complexidade dos fenómenos de saúde, é cada vez mais reconhecida a necessidade de investigação interdisciplinar, na qual a enfermagem pode e deve participar sem contudo perder a sua identidade própria.

Deste modo, a ciência de enfermagem reivindica para si um lugar próprio no concerto do conhecimento ao mesmo tempo que se pode afirmar que os desafios colocados à resolução dos complexos problemas de saúde, não podem dispensar o saber da enfermagem.

A ESEnfC, pela sua história e dimensão, teve sempre uma responsabilidade acrescida como garante do desenvolvimento do conhecimento em enfermagem e como organização formadora de enfermeiros capazes de utilizar, a cada momento, o melhor conhecimento na sua prática de cuidados. Temos cumprido! Demos, no últimos anos um salto qualitativo no sentido de: transformar a Escola numa instituição orientada para a investigação e para o ensino baseado na investigação.

A articulação entre o ensino e a investigação necessita de respostas claras do ponto de vista organizativo e das responsabilidades dos seus diferentes atores, pelo que considero que é fundamental desenharmos a “rede” que garanta a otimização desta articulação entre UICISA-E – Unidades Científico-pedagógicas e Projetos.

A Unidade de Investigação, acreditada pela FCT, regula-se pelos critérios nacionais e internacionais da ciência e investigação, importa melhorar o circuito de garantia da qualidade da UICISA-E com o Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Escola como um todo.

À Unidade de Investigação deve continuar a ser acometida a responsabilidade de organizar e dinamizar a investigação científica produzida por docentes e investigadores da ESEnfC. Dos docentes, tendo em conta as diferenças subjacentes à sua qualificação e situação na carreira espera-se que continuem, como até aqui, a envolver-se cada vez mais com as atividades de investigação e a criação um clima favorável à investigação.

Criar um clima favorável à investigação implica não só continuar a dar ênfase às atividades de investigação desenvolvidas pelos docentes e investigadores da Unidade, como também, garantir cada vez mais a utilização do conhecimento produzido pela investigação na docência e o imbuir de espírito de curiosidade científica e encontrar experiências significativas de investigação para os estudantes aos vários níveis da sua aprendizagem. Implica, ainda, garantir a sua translação para a prática clínica.

O contacto dos estudantes com atividades de investigação desde os primeiros anos, tem vindo a merecer cada vez mais a nossa atenção. É necessário aumentar geometricamente esta participação, pois para além de constituir um critério de avaliação do ensino superior (artigo 4º, nº 2, alínea h, da Lei nº 38/2007), permite focar a aprendizagem como um processo de busca contínua e criar, no futuro, uma comunidade científica sólida, fundamental para o desenvolvimento da disciplina de enfermagem e reconhecimento Universitário desta área.

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

A UICISA-E é uma Unidade diferenciada da ESEnfC (estatutos), por tal é responsável por garantir as instalações e as infraestruturas necessárias à prossecução das suas atividades, bem como facultar a colaboração de investigadores e técnicos necessários ao desenvolvimento da sua missão. Assim, à Presidência da Escola competirá continuar a criar as condições para a maior qualificação do seu corpo docente e o desenvolvimento das condições materiais e funcionais para o investimento na investigação.

Ganhar a aposta da investigação é um desafio nunca concluído, ambicioso e difícil de atingir se não puder contar com o envolvimento de todos. O futuro obrigar-nos-á a rever o regulamento de prestação do serviço dos docentes introduzindo formas inovadoras de organização do trabalho que permitam uma melhor conciliação dos diferentes domínios de atividade dos docentes e que, simultaneamente garanta uma gestão criteriosa dos recursos docentes da Escola. Exige, também, que os investigadores assumam cada vez mais a responsabilidade de apresentar e atrair projetos e verbas para a investigação, de participarem cada vez mais sistematicamente em redes nacionais e internacionais de investigação e de ganhar o apoio das instituições de saúde, traduzido pelo estabelecimento de parcerias que garantam a implementação de projetos de inovação que possibilitem a translação do conhecimento produzido.

Estando a rede de I&D nacional em plena reorganização, importa garantir que a UICISA-E, mantém o mesmo estatuto podendo continuar a apresentar candidaturas autónomas, integrar candidaturas externas, acautelando, neste último caso, o reconhecimento formal desses envolvimento. Importa também a continuação da política de admissão de bolseiros dos diferentes níveis, particularmente a de abertura de Bolsas de iniciação à investigação cuja população alvo são os estudantes de licenciatura dos primeiros anos do curso.

Mas não basta sermos capazes de produzir boa ciência, temos também que ser cada vez mais efetivos na sua divulgação junto de públicos diversificados. Alguns bons exemplos foram conseguidos nos últimos tempos, como: a amplitude dada pela comunicação social aos projetos financiados pela FCT, a divulgação mediática de alguns dos projetos de investigação em curso, a articulação real no terreno com associações não- governamentais, instituições de saúde, escolas e autarquias.

Continua a não ser possível às instituições de Ensino Superior Politécnico em Portugal conferirem o grau de Doutor, limitando a sua estratégia de I&D de forma importante. Contudo, a ESEnfC tem capacidade científica residente na área da Enfermagem reconhecida nacionalmente e internacionalmente. Nesse sentido, é essencial assumir essa capacidade e,

como já dissemos, continuar a parceria com a faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e eventualmente outras em Programas Doutorais, apostando, também, na ligação a Universidades estrangeiras, até que vejamos legitimada a nossa capacidade de realizar nós próprios esta oferta, o que depende, no atual enquadramento jurídico, do reconhecimento da Escola como instituição de ensino universitário.

QUANTO À INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Desenvolver a capacidade empreendedora dos estudantes é hoje, também, cada vez mais um desafio que se coloca ao ensino superior e que a Escola não tem ignorado. A adesão ao Concurso Nacional Poliempreeende (já na 11ª edição) tem em vista o desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo entre os estudantes e a consciencialização da importância de transformar o conhecimento em valor, também na área da saúde. Importa, no nosso entender, continuar a criar condições ao trabalho do Gabinete de Empreendedorismo e articular cada vez mais o seu funcionamento com a UICISA-E, de forma não só a garantir a dinamização de projetos com vista ao desenvolvimento de competências empreendedoras nos estudantes, a apoiar a preparação dos seus planos de negócio, a criar condições à incubação das suas empresas e registo das patentes daí eventualmente resultantes, mas fundamentalmente a fazer acompanhar sistematicamente inovação por investigação.

As instituições de ensino superior têm cada vez maiores responsabilidades em promover a transferência de conhecimentos e a inovação a partir dos conhecimentos que produzem, contribuindo para a resolução de problemas sociais e ou para a melhoria das respostas existentes. Assim, pensamos que a Escola tem que repensar a sua organização criando elos estratégicos e verdadeira articulação entre investigação, prestação de serviços à comunidade, e empreendedorismo, ao mesmo tempo que reforça alianças estratégicas com instituições de saúde e outras empresas da comunidade e aproveitando o seu potencial científico, de recursos humanos e laboratoriais, para pensar o desenvolvimento de projetos que experimentem novas intervenções de enfermagem, aliando inovação-formação-investigação. Isto permitirá desenvolver na comunidade académica, um espírito que combine o interesse pelas descobertas (importantes) com a aplicação das mesmas. Articulando as diferentes funções docentes e desenvolvendo também o espírito científico e empreendedor dos estudantes.

O empreendedorismo é um poderoso motor de crescimento económico e criação de emprego: além da criação de novas empresas e postos de trabalho, abre novos mercados e favorece o desenvolvimento de novas competências e capacidades e novas ofertas de cuidados

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

destinadas a responder a novas necessidades sociais e de saúde. A Escola pela investigação que desenvolve e pela relação privilegiada que mantém com as melhores instituições de saúde tem uma posição favorável para se afirmar mais como um motor de desenvolvimento, de competitividade e de crescimento na área da Enfermagem e do desenvolvimento de tecnologias de cuidados e ajuda para o autocuidado, inovando e preparando recursos humanos capazes de protagonizar, na área da Enfermagem, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que a Comissão Europeia defende.

Seja no quadro da estratégia europeia que sustenta o período de programação financeira 2014/2020, seja no âmbito das políticas nacionais e regionais que definirão a estratégia “Portugal 2020”, importa encontrar os recursos que garantam o fomento de uma atitude empreendedora, a oferta acrescida de serviços saúde inovadores à comunidade, a transformação de ideias inovadoras em produtos comercializáveis, a promoção da empregabilidade e a ligação entre os grupos de investigação e as instituições de saúde com vista a garantir a translação do conhecimento. Por último importa que a investigação e a inovação alimentem o posicionamento da escola como entidade prestadora de serviços.

A cultura ESEnfC Empreendedora dever ser um traço distintivo da comunidade educativa. Por um lado, a montante, porque ajudará a escolas na conquista de mais e melhores estudantes, contribuindo para a sua sustentabilidade. Por outro lado, a jusante, porque reforçará a perceção, junto da comunidade externa, de que os diplomados pela Escola são mais preparados, melhor qualificados e detentores de uma cultura de pro-atividade, de apetência pelo risco e pela inovação, de inconformismo e de interesse contínuo.

No sentido de desenvolver uma política de reforço da investigação que contribua para a afirmação e desenvolvimento da disciplina de enfermagem e para a qualidade da formação oferecida pela Escola, comprometemo-nos a criar condições à concretização dos objetivos definidos pela UICISA-E no seu plano estratégico:

- Promover o estatuto de excelência da Unidade de Investigação, distinguindo-se a nível internacional pela elevada qualidade e mérito da sua produção científica e tecnológica, bem como elevados padrões de qualidade no aprofundamento, construção e difusão do conhecimento científico da disciplina de enfermagem.
- Desenvolver uma equipa de investigadores integrados com produtividade de reconhecido mérito científico por padrões internacionais, com capacidade para produzir e transferir conhecimento científico relevante e para demonstrar forte contributo na ação integrativa, multidisciplinar e interdisciplinar.

- Manter um modelo de organização solidário da investigação que assegure o desenvolvimento equilibrado dos grupos de investigação e a gestão integrada dos projetos estruturantes e dos estudos associados.
- Orientar a investigação para as prioridades de saúde, considerando a necessidade de promoção de saúde e educação para a saúde das populações e de desenvolvimento da prática baseada na evidência, inovação e efetividade dos cuidados de enfermagem.
- Demonstrar uma visão empreendedora e inovadora em tecnologias dos cuidados, intensificando a atividade laboratorial, a ligação empresarial com produção de riqueza, a efetividade dos cuidados e as atividades de extensão comunitária.
- Contribuir para o desenvolvimento da prática baseada na evidência, atuando na rede internacional de centros colaboradores para a extração, síntese e implementação de ciência.
- Colaborar, mediante celebração de protocolos, no desenvolvimento de consórcios e projetos científicos em colaboração com poder competitivo na captação de financiamento.
- Gerir uma rede de infraestruturas de investigação em enfermagem, nacional e transnacional, rentabilizando os recursos disponíveis em instituições de ensino superior e tornando-os acessíveis, com ganhos efetivos para a investigação avançada e formação.
- Prestar serviços de consultadoria e investigação para o desenvolvimento de investigadores clínicos, capacitando-os para implementação das melhores evidências em resposta a necessidades sensíveis aos cuidados de enfermagem.
- Manter a edição científica regular de uma revista científica indexada de divulgação internacional e uma série monográfica.
- Prosseguir na missão de engajamento dos cidadãos em torno das atividades de investigação de extensão, gerando impacto no desenvolvimento regional.
- Assegurar o cumprimento de todos os critérios que salvaguardem os princípios éticos e legais e garantir a qualidade de toda a ação desenvolvida pela Unidade de Investigação.

Assim, desenvolveremos, entre outras, as seguintes ações:

- Promover a gestão eficiente dos recursos da UICISA-E e garantir o financiamento necessário ao desenvolvimento das suas atividades;

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

- Promover medidas que garantam que toda a investigação realizada aos vários níveis e com características diferentes se desenvolve em torno das linhas de investigação da UICISA-E e concorre para os indicadores de produtividade da Unidade;
- Reforçar a centralidade da investigação no foco da Enfermagem e a sustentabilidade da investigação, definindo prioridades e concentrando recursos (financeiros e humanos) para criar massa crítica em áreas de investigação específicas;
- Reforçar a colaboração com as Instituições de Saúde, com as quais a Escola tem protocolos, no domínio da investigação, para a translação do conhecimento produzido;
- Incentivar o desenvolvimento de estratégias de transferência de conhecimento e tecnologia em articulação com as instituições de saúde;
- Reforçar a articulação entre a investigação e os cursos de graduação e pós-graduação;
- Reforçar a articulação entre as Unidades Científico Pedagógicas e a Unidade de Investigação da Escola;
- Dispensar da atividade letiva um número de ETI(s) a definir anualmente, para a realização de projetos de investigação, inscritos nas linhas de investigação da UICISA-E, que tenham sido objeto de candidatura a financiamento, tenham parecer favorável da Comissão Científica da Unidade e que, assumam o compromisso de se candidatar nos subsequentes concursos abertos pela FCT, caso não tenham obtido financiamento;
- Responsabilizar tendencialmente os investigadores doutorados pela obtenção de projetos, verbas e contratos de desenvolvimento científico;
- Incentivar cada docente doutorado a ser responsável / membro da equipa de pelo menos um projeto de investigação, inscrito na UICISA-E, desenvolvido em parceria com instituições de saúde, ensino e/ou investigação nacionais ou internacionais;
- Atribuir bolsas, com recurso a programas de financiamento externo e interno, para doutoramento, pós-doutoramento e investigação, para docentes da escola, contratualizando direitos e deveres;
- Apoiar financeiramente o desenvolvimento de projetos de investigação que articulem a prática docente, com a prática clínica de Enfermagem, que envolvam equipas que integrem docentes, estudantes e enfermeiros das instituições onde decorrem os ensinamentos clínicos;

- Instituir Bolsa de Mérito Científico, para os estudantes que tendo estado envolvido em projetos da Unidade de Investigação, se distinguirem;
- Reforçar o apoio aos investigadores no âmbito da preparação de candidaturas a projetos de financiamento, recriando a figura do gestor de projetos;
- Continuar a apoiar a criação, gestão e divulgação de bases de dados de artigos científicos, instrumentos de medida e contactos com investigadores;
- Continuar a trabalhar para encontrar parceiros que co-financiem projetos e bolsas de investigação;
- Apoiar a participação dos investigadores em conferência internacionais, no país e no estrangeiro;
- Promover a comunicação e a mobilidade dos investigadores, facilitando a integração da investigação na comunidade científica internacional;
- Apostar na produção científica e translação de conhecimento, de elevado mérito e na sua divulgação introduzindo medidas que facilitem a publicação dos resultados da investigação desenvolvida na ESEnfC em publicações científicas internacionais, através do Programa de Apoio à publicação científica em revista de elevado reconhecimento na área de Enfermagem e Saúde;
- Manter o financiamento para a publicação da Revista Referência e para a sua progressão nos índices de qualidade e publicá-la em inglês;
- Promover a organização na Escola de atividades de divulgação científica nacionais e internacionais;
- Desenvolver e criar protocolos para promover a formação avançada de investigadores, a decorrer na Unidade de Investigação;
- Alargar a pelo menos 30%, os programas de iniciação à investigação, para estudantes da licenciatura, como jovens investigadores integrados em projetos da Unidade de investigação.
- Estabelecer parcerias potenciadoras da captação de grandes projetos de desenvolvimento regional, nacional e internacional por parte dos grupos de I&D mais ativos da ESEnfC, os quais poderão assumir posições de liderança;

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

- Otimizar a articulação entre a I&D e a Internacionalização e Mobilidade;
- Criar medidas tendentes a reforçar o empenho na atividade científica: Certificados de Mérito de Publicação Científica e criar um prémio orientado para destacar as pessoas com artigos publicados com maior índice de citação de artigos da ESEnfC;
- Tornar obrigatório o armazenamento da obra científica da Escola na base de dados da Escola, disponibilizando apoio para o efeito e criar um Repositório de bases de dados Científicos.
- Continuar o processo de extensão da UICISA-E, com a constituição de Núcleos descentralizados.

Medidas que se espera contribuam para a definição, coordenação e implementação de uma cultura empreendedora cada vez mais consolidada:

- Apoiar o desenvolvimento do trabalho do Gabinete de empreendedorismo;
- Desenvolver conceitos que permitam adaptar as estruturas e instrumentos existentes às necessidades do empreendedorismo no ensino superior;
- Dinamizar o ecossistema ESEnfC, transversal e autossustentável, que incremente a criação de start-ups, e a empregabilidade dos seus estudantes;
- Estimular uma cultura de risco junto dos estudantes e docentes, com o objetivo de criar novas perceções em relação ao empreendedorismo, à empregabilidade e ao seu papel na sociedade e economia;
- Criar espaços de partilha de experiências entre os estudantes, docentes, empresários e investidores, utilizando metodologias inovadoras e criativas para animação de grupos multidisciplinares e espaços de experimentação, fazendo uso da infraestrutura de laboratórios existentes;
- Apoiar a realização de planos de negócio e a proteção da propriedade industrial e intelectual, de modo a potenciar a posterior incubação;
- Continuar a trabalhar em estreita articulação com a incubadora de empresas Pedro Nunes, de quem somos parceiros, entre outros parceiros possíveis.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

A prestação de Serviços e Extensão à Comunidade, como temos vindo a afirmar nos diferentes relatórios de atividades dos últimos quatro anos, é uma área de missão que tem assumido cada vez mais importância na Escola, no trabalho de docentes e discentes e que em muito casos tem vindo a contribuir para ajudar a consolidar as outras áreas de missão e dar visibilidade à Escola na Comunidade.

A prestação de serviços e atividades de extensão na comunidade, que temos vindo e que pretendemos continuar a desenvolver, é simultaneamente uma forma de oferecer serviços inovadores e de exceção, que complementam os cuidados disponibilizados à população pelo sistema nacional de saúde, embora de forma articulada com eles, e uma forma de relacionar, inovação, formação e investigação e de promover a educação para a saúde e cidadania.

Os projetos desenvolvidos têm sido dirigidos essencialmente a grupos alvo tradicionalmente mais desprotegidos - crianças, adolescentes, jovens adultos, estudantes do ensino secundário e superior, idosos, casais grávidos, doentes cardíacos, cidadão sem-abrigo; pessoas com doença mental ou em risco, etc. -, e têm como grande finalidade permitir o reforço da ligação entre o ensino, clínica e investigação. Criando a possibilidade de por em prática novas propostas de cuidados, quer sejam novas intervenções ou novas formas de as realizar, de as investigar e de poder formar na e pela investigação e de alimentar a formação com novos conhecimentos. Por isso, incluíram sempre professores e estudantes de graduação e ou pós-graduação no seu desenvolvimento.

A Escola cumpre também por esta via, alguns dos desafios que se colocam hoje ao ensino superior: o reforço da ligação entre ensino superior e a vida económica, social e cultural do país. A promoção do empreendedorismo e da participação de docentes e alunos em ações que visem o aumento de qualificações na sociedade portuguesa. A promoção da responsabilidade social dos estudantes, através da promoção do voluntariado e da intervenção social e cultural; uma vez que a integração dos estudantes nos projetos de intervenção na comunidade é voluntária e no âmbito das atividades de complemento curricular.

Esta área de missão permite-nos também, o estabelecimento de uma cooperação mais estreita, não apenas com a comunidade em geral, mas também com as instituições de prestação de cuidados de saúde, uma vez que acontece para além e num âmbito diferente das atividades de ensino clínico, promovendo com mais eficácia a transferência

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

e a divulgação dos conhecimentos que produzimos. Temos um leque de parcerias com diferentes instituições de ensino e de saúde para o desenvolvimento conjunto de projetos de Formação-Ação-Investigação que visam encontrar/experimentar novas respostas para problemas concretos identificados nas práticas clínicas, bem como projetos de formação desenvolvidos em contexto de trabalho, com o objetivo de melhoria contínua das práticas clínicas, numa perspetiva de formação ao longo da vida e de desocultação e/ou produção de conhecimento através das práticas.

Sabemos, no entanto, que é necessário reforçar e multiplicar geometricamente estes projetos. Trata-se, no futuro, de consolidar um caminho de abertura ao exterior, abertura em que incluímos por um lado o reforço e a criação de redes com outras escolas/universidades e ou instituições de saúde, da região, nacionais e estrangeiras, mas, simultaneamente de reforçar cada vez mais a cooperação com as instituições de saúde, poder local e organizações não-governamentais da sociedade civil. Todos são parceiros indispensáveis. Todos têm dito sim na hora de unir esforços para a concretização dos projetos.

Aprendemos, ao longo do caminho percorrido, que o essencial para esbater barreiras ao desenvolvimento da inovação e da mudança é o envolvimento precoce de todos os atores/parceiros ao nível da conceção, da implementação e avaliação dos projetos que desenvolvemos.

Relativamente a aspetos menos conseguidos, temos que reconhecer que as receitas provenientes da prestação de serviços continuam a ser escassas embora existentes com cada vez com maior regularidade, e que temos que pensar este domínio no sentido de transformar as competências e conhecimentos detidos na comunidade académica, em valor - gerar receitas a partir desta área de missão. Apesar disso, consideramos que esta área da atividade da Escola é, em si, um valor. Os ganhos que estes serviços representam situam-se a um nível não tangível, mas fundamental para a sustentabilidade da Escola. Isto porque, por um lado estas atividades dão a conhecer o que é a Enfermagem e a Escola, o que os cidadãos podem esperar dos enfermeiros e quem são os enfermeiros, para além de muitos dos projetos promoverem a saúde das populações alvo, a responsabilidade cívica e a formação global dos estudantes da ESEnC neles envolvidos. Por outro lado, como muitas destas atividades decorrem em Escolas secundárias transformam-se em excelentes ações de divulgação da Escola e da enfermagem. Por último, e não menos importante, permitem aos docentes o exercício da clínica em áreas inovadoras permitindo o desenvolvimento de estudos sobre as intervenções experimentadas. O trabalho desenvolvido por docentes, discentes e não docentes, no âmbito de projetos desta natureza tem sido muito relevante e merece o nosso mais profundo reconhecimento.

Esta área deve cada vez mais constituir para a Escola um fator de natureza incremental no desenvolvimento da instituição e da comunidade educativa, de aperfeiçoamento das práticas e saberes e, como tal, influenciar a estrutura interna da Escola e a sua adequação funcional aos desafios da sociedade e às exigências da competitividade.

A Escola não pode deixar de pensar esta área para o futuro tendo em conta que os agentes prestadores de serviços o fazem na qualidade de docentes e/ou investigadores da ESEnfC, mas não pode esquecer ou subestimar, porém, que o estímulo material sob a forma de remuneração adicional é desejável e legítimo e se encontra expressamente previsto na lei (Decreto-Lei n.º 207/2009 de 31 de Agosto).

Temos também, que pensar cada vez mais as atividades de prestação de serviços como constituindo cada vez menor encargo para a Escola, devendo, ao invés, representar um contributo líquido para o seu orçamento, sempre que possível, contribuindo para o aumento da autonomia financeira da ESEnfC.

Incluir-se-ão na Prestação de Serviços Especializados à Comunidade o conjunto de atividades envolvendo meios humanos e/ou materiais da Escola exercidas no âmbito de contratos entre a ESEnfC e outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, e ainda no âmbito de projetos financiados externamente ou não da iniciativa da responsabilidade da ESEnfC.

Consideram-se, ainda, PSEC os serviços inovadores, a implementação de novas propostas de cuidados, novas intervenções, novas formas de realizar as intervenções ou a criação de possibilidade de investigar práticas já existentes para obtenção de evidências determinadas, os projetos que tiverem como objetivo a promoção do desenvolvimento pessoal dos estudantes e da cidadania, reforçando a ligação entre ensino superior, vida económica social e cultural, bem como projetos de empreendedorismo. Em todos os projetos deve estar incluída a participação de docentes e estudantes e devem sempre que possível visar o aumento da qualificação da sociedade e dos seus níveis de literacia em saúde, bem como a promoção da responsabilidade social dos estudantes através da promoção de voluntariado e de intervenção social e cultural.

Com vista a desenvolver a área estratégica da prestação de serviços à comunidade comprometemo-nos a:

- Implementar o recentemente aprovado regulamento de prestação de serviços especializados à comunidade; para melhorar a organização e otimização dos projetos de serviços à comunidade e reconhecimento do valor do trabalho desenvolvido;

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

- Desenvolver atividades no âmbito de contratos entre instituições, elaboração de estudos e pareceres, projetos ou outros trabalhos especializados, por solicitação de entidades exteriores, públicas ou privadas nacionais ou estrangeiras;
- Incentivar e apoiar o desenvolvimento de projetos na comunidade propostos por docentes, unidades científico-pedagógicas ou unidades diferenciadas, considerando o seu interesse social e científico e integrados nas atividades da Escola;
- Apoiar projetos de prestação de serviço à comunidade que promovam a oferta de cuidados de saúde inovadores, em articulação com instituições de saúde locais;
- Manter e incentivar o desenvolvimento de projetos de colaboração com instituições de ensino básico, secundário e solidariedade social, no âmbito da educação no domínio da saúde, com quem a Escola tem protocolos e estendê-los a outras instituições;
- Continuar a promover projetos de formação em contexto de trabalho desenvolvidos em parceria com os Serviços de Saúde e Formação com vista à reformulação das práticas de cuidados em uso e implementação de guias de boas práticas;
- Realizar formação de atualização para docentes, no âmbito da consultadoria e dos projetos de intervenção e elaborar e difundir um guia orientador de boas práticas em consultadoria;
- Criar um portal da saúde: domínio de enfermagem, onde a escola ofereça serviços, tais como: informar, ensinar, treinar, direcionado a famílias que vivem transições no seu processo de saúde das quais tenha resultado ou possa vir a resultar dependência, de um dos seus membros, para a realização das Atividades de Vida Quotidiana;
- Incentivar a criação, conceção, dinamização e gestão de um “canal de informação” interativo, sobre a Enfermagem e a Saúde dirigido a jovens e a disponibilizar na página da Escola;
- Promover encontros ou reuniões para partilha de conhecimentos entre áreas que facilitem a transferência de conhecimento científico para projetos inovadores;
- Articular os projetos com o currículo para incentivar e criar condições à participação dos estudantes nestes projetos;
- Manter o serviço de Apoio aos projetos e organizar a unidade de prestação de serviços e coordenação das atividades de extensão na comunidade;
- Continuar a procurar fontes de financiamento para apoiar projetos de extensão que permita a sua oferta sem custos financeiros para a comunidade.

INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO

A internacionalização é um desafio permanente e transversal a todas as atividades da Escola. A dinamização de um Espaço Europeu de Ensino Superior passa, coe- rentemente, pela convergência dos sistemas de formação europeus, garantindo a eficácia e validade da mobilidade pelo reconhecimento dos estudos realizados neste contexto e da formação ao longo da vida. Neste enquadramento, a internacionalização dos programas de estudo constitui uma oportunidade à qualificação do ensino pela abertura a redes de conhecimento e cooperação no desenho curricular, nos conteúdos e metodologias, na compreensão e atualização de perfis profissionais e respetivas competências.

Hoje, é consensual entre a comunidade educativa que ao nível da internacionalização nos cabe enquanto instituição de ensino superior, promover o desenvolvimento de estratégias e o reforço das estruturas para a cooperação internacional e intercâmbios a nível institucional, nacional e internacional, particularmente com congéneres Europeias, que envolvam a Escola em atividades de ensino-aprendizagem e investigação conjuntas, procurando, sempre, balancear cooperação e competição e atingir áreas geográficas específicas com trabalho de referência na área da Enfermagem.

Acreditamos que a mobilidade de estudantes, docentes e não docentes aumenta a qualidade dos cursos e a excelência da investigação, reforça a internacionalização académica e cultural. A mobilidade é importante para o desenvolvimento pessoal e para a empregabilidade. Assim, a mobilidade dentro do espaço europeu e não europeu é hoje uma realidade forte na Escola. No último ano letivo, estudaram connosco cerca de 70 estudantes estrangeiros (ao abrigo de programas europeus e outros.)

O ensino graduado tem ainda um papel destacado na ESEnfC que, em nosso entender, deve continuar a apoiar os processos de mobilidade, quer continuando a aderir a projetos/programas de financiamento existentes quer através do desenvolvimento de ferramentas de financiamento inovadoras e flexíveis que possibilitem a implementação da estratégia de internacionalização de longo prazo, agindo de modo a continuar a facilitar a mobilidade de estudantes e académicos e, incentivando mais os estudantes do 2º ciclo a fazerem um período no estrangeiro.

A internacionalização, estratégica no desenvolvimento da ESEnfC, tem mobilizado o esforço de todos com vista a concretizar as metas que em cada ano se têm estabelecido, já tendo sido alcançada a meta de 20% de estudantes terem oportunidade, durante o curso, de fazer

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

um período de estudos ou formação profissional no estrangeiro, meta proposta para 2020 no comunicado da Conferência de abril de 2009, dos Ministros Europeus responsáveis pelo ensino superior,

Entendemos que esta política deve ser continuada e melhorada, devendo ser criadas oportunidades aos estudantes, de todos os ciclos de formação oferecidos pela Escola, para realizar um período de estudos, particularmente a frequência de unidades curriculares de ensino clínico, numa universidade que tenha relações privilegiadas para a formação com instituições de saúde de referência, na área ou áreas científicas específicas do curso. Somos já o destino de escolha preferencial de estudantes e académicos da Europa, na área da enfermagem.

Mas, no nosso entender a Escola tem, também, que continuar a investir na cooperação com países de língua oficial portuguesa, particularmente com África, dando apoio ao desenvolvimento da enfermagem. Continuar o trabalho já iniciado de criação da Associação das Escolas de Enfermagem dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que pode facilitar as permutas e parcerias, facilitando a cooperação em rede. Assim, pensamos ser de continuar o trabalho de parceria com a Universidade de Cabo Verde, a formação de enfermeiros da República Democrática de São Tomé e Príncipe, nas áreas consideradas prioritárias pelas autoridades de Saúde São-Tomenses; manter os projetos de mobilidade de estudantes e docentes com a Universidade Agostinho Neto (Angola), com a Universidade de São Paulo e Belo Horizonte (Brasil) e Instituto Politécnico de Macau; a continuação da diversificação dos parceiros internacionais, particularmente estabelecendo mais acordos bilaterais com congéneres nos Estados Unidos da América e Canadá, deve também ser uma preocupação.

A preparação de acordos com vista à concessão de “graus académicos” conjuntos, nomeadamente os graus de mestre e doutor, é um desafio não conseguido no mandato anterior a que deve ser dada prioridade.

É ainda desejável que a ESEnfC venha a liderar projetos internacionais para o desenvolvimento da Educação/Investigação e Inovação em Enfermagem, preferencialmente com financiamento comunitário.

O incremento da utilização da língua inglesa em unidades curriculares ou módulos, bem como a continuidade da oferta de cursos de inglês e espanhol e francês para docentes, não docentes e estudantes devem continuar a ser apoiados, dado serem medidas favorecedoras da concretização das metas neste domínio. Introduzindo-se três prioridades na política de internacionalização e mobilidade: o vínculo com a empregabilidade; a aposta em novos espaços geográficos; a articulação com a I&D.

Está em preparação uma alteração do Programa-Quadro europeu, com a entrada do Programa Erasmus+ (previamente referido como Erasmus for All ou YES Europe) no qual a ESEnC tem de posicionar-se reconstruindo através de um espaço de influência já consolidado (cerca de uma centenas de acordos com cerca de trinta países europeus) para participar nas novas Alianças do Conhecimento e de Alianças de Competências Setoriais que venham a ser criadas.

A ESEnC tem também que realizar um esforço na procura de novos públicos, nomeadamente no Brasil, Espanha, e nos países de expressão portuguesa onde está a ser feito um grande esforço de ampliação da rede de Ensino Superior, particularmente na área da saúde. A cooperação que tem sido estabelecida, essencialmente, nas seguintes vertentes: mobilidade estudantil; mobilidade de investigadores; formação do corpo docente e profissionais de saúde, deve alargar-se à realização de cursos conjuntos de Mestrado e de formação contínua em e-Learning; apoio a instalação de laboratórios e cursos e projetos de extensão, transferência de conhecimento e de prestação de serviços.

Com vista à implementação da política de Internacionalização da Escola, comprometemo-nos a:

- Continuar a promover a imagem internacional da ESEnC, sobretudo na Europa, nos países da CPLP e Iberoamérica;
- Promover a mobilidade dos estudantes, docentes e não docentes;
- Continuar a criar as condições logísticas necessárias ao funcionamento do Gabinete de Relações Nacionais e Internacionais;
- Definir novas modalidades de mobilidade internacional que possibilitem a integração de professores estrangeiros na leccionação dos cursos, particularmente no 2º ciclo;
- Aumentar o trabalho em rede com universidades e politécnicos estrangeiros para aumentar os acordos bilaterais e reforçar a internacionalização dos currículos, bem como, estabelecer programas comuns que conduzam a graus comuns;
- Aumentar as parcerias com escolas estrangeiras com vista à mobilidade de docentes, estudantes e não-docentes, implementando boas práticas de relacionamento;
- Promover a participação da escola em cursos internacionais Erasmus Mundus;
- Manter a associação aos programas Erasmus, Leonardo Da Vinci (até à sua extinção), e Vasco da Gama;

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

- Manter as bolsas de mobilidade da ESEnfC, com o estatuto Erasmus, e organizar a mobilidade para estudantes sem bolsa;
- Continuar a criar Bolsas de mobilidade para missões de ensino, para docentes com o estatuto Erasmus, para permitir que um maior número de docentes realize mobilidade;
- Continuar a implementar os instrumentos relativos “à criação do espaço europeu de ensino superior”: sistema de créditos curriculares dos cursos ministrados pela Escola, incluindo os não conferentes de grau; suplemento ao diploma e boletim de registo académico;
- Promover condições à realização da semana internacional com partilha de saberes e experiências com docentes e estudantes em mobilidade ERASMUS na ESEnfC;
- Continuar a desenvolver cursos “Livres de Inglês, Espanhol e Francês” com vista à aprendizagem de língua estrangeira pelos alunos que pretendam integrar o programa de mobilidade, especialmente quanto ao léxico específico da saúde;
- Continuar a oferecer cursos de português para estudantes estrangeiros;
- Contribuir para que Coimbra se afirme como cidade Erasmus, como principal destino de escolha de estudantes e académicos de outros países;
- Continuar a criar condições ao acolhimento dos estudantes estrangeiros que promovam a sua plena integração na vida da escola, o conhecimento do sistema de ensino que os sensibilize para a cultura académica, e do país, incluindo a publicação do guia orientador Estudante-Erasmus;
- Reforçar a cooperação com os países europeus dando especial atenção aos países Nórdicos;
- Reforçar a cooperação com os países lusófonos;
- Continuar a participação na Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP);
- Continuar a procurar fontes de financiamento para a cooperação no âmbito da Enfermagem com os Países de Língua Oficial Portuguesa;
- Iniciar cursos de dupla titulação, incentivando o Conselho Técnico-Científico a preparar para submetemos à A3ES uma proposta de joint degree (licenciatura) com uma universidade estrangeira nossa parceira;

- Continuar o programa de mobilidade docente para missões de ensino e investigação com o Brasil (Universidade de S. Paulo e Belo Horizonte);
- Manter em funcionamento anualmente a semana de Enfermagem Transcultural e criar condições para a mobilidade dos docentes no âmbito deste projeto;
- Continuar a criar condições à inclusão de artigos em língua inglesa e espanhola na revista da Escola;
- Continuar a criar condições à Comissão de coordenação do Centro Colaborador OMS da ESEnfC, que prevemos estar registado em Junho p.f.;
- Continuar a acolher a Sociedade Honorífica da ESEnfC, capítulo da Sigma Theta Tau;
- Reforçar a atração de estudantes internacionais;
- Articular cada vez mais a Internacionalização e Mobilidade com a I&D;
- Promover uma política de internacionalização e mobilidade orientada para a empregabilidade dos estudantes e diplomados.

COMUNIDADE EDUCATIVA

Todas as mudanças, melhorias e construção do projeto iniciado em 2010 foram possíveis com o empenhamento e contributo de todas as pessoas que à Escola pertencem. Aliás, a centralidade de uma organização, sobretudo como a nossa, reside nas Pessoas e na valorização das mesmas. Foi com esta atitude que iniciámos o percurso e será com esta “bandeira” que nos propomos continuar.

As Pessoas são o ponto mais forte da nossa organização. É o forte empenho e dedicação de todas as pessoas dentro da ESEnC - docentes, não docentes e estudantes - empenho e dedicação à instituição, que se estende muitas vezes aos parceiros da comunidade que conosco participam na construção da Escola- que atua como uma força motriz, ajudando-nos a agir coletivamente, não apenas no desenho do futuro, mas na sua concretização quotidiana, e que contribui para que as dificuldades sejam ultrapassadas e os problemas resolvidos, As pessoas são o “centro vital” da ESEnC e temos, por isso, de cuidar dele, de lhe dar atenção especial para que se mantenha, cresça e se fortaleça.

Consideramos que o envolvimento de todas as Pessoas – comunidade educativa e parceiros – nos mais diferentes aspetos da vida institucional é uma das nossas imagens de marca. Da definição da política estratégica institucional ao planeamento e avaliação das ações concorrentes para a consecução dos objetivos delineados, da audição sistemática dos intervenientes na vida da Escola ao estudo e implementação de medidas corretivas, a todos os níveis da organização, a participação de todos não é nem pode ser apenas formal e casuística, mas procurada intencionalmente, correspondendo a um *modus operandi* definidor da nossa cultura organizacional.

Porque a principal razão de existir de uma IES se fundamenta na qualificação e educação de pessoas, os Estudantes foram, e são, elementos centrais na atividade da Escola. Valorizar o papel dos Estudantes e das suas estruturas representativas e culturais, como sejam as Associações de Estudantes e a Tuna, não é forma de estar, é sobretudo uma forma de agir que queremos manter porque a consideramos primordial no exercício da nossa missão. Neste domínio é fundamental continuar a dar a maior atenção ao alargamento e qualidade das componentes da Ação Social e Saúde Escolar, aos projetos à valorização do mérito dos estudantes, à participação dos estudantes na tomada de decisão a diferentes níveis, mas também no apoio financeiro e logístico das diversas atividades das Associações de Estudantes e Tuna.

Mas é igualmente no domínio deste eixo “fundamental” da ação da Escola – comunidade educativa - que se insere, a valorização dos docentes e não docente, sem prejuízo dos restantes eixos e dimensões de atuação, sobretudo investigação e prestação de serviços ao exterior.

Assim, nos domínios do pessoal docente, importa referenciar o esforço na qualificação e formação, que teve como objetivo central a melhoria significativa dos indicadores e rácios de qualidade em consonância com os imperativos legais e regulamentares. Este foi um esforço difícil, considerando as restrições orçamentais e legais impostas, mas é um caminho a prosseguir no futuro. Mas a visão para o futuro terá que ir mais além, através de um alargamento das políticas de gestão. Foi ainda possível realizar um investimento no desenvolvimento de um conjunto alargado de competências do pessoal não docente, sobretudo em áreas técnicas e transversais.

Ao longo dos próximos quatro anos procuraremos reforçar as condições para que a Escola se continue a desenvolver como uma verdadeira *comunidade de prática* (Wenger & Lave, 1998), em que as pessoas se sintam parte de um processo de aprendizagem coletivo e em que continuem a partilhar a visão e a missão com paixão. Uma comunidade que se caracterize pelo respeito pelas pessoas, pela transparência, integridade, estudo e prestação de contas, pela flexibilidade, agilidade, versatilidade, qualidade, processos baseados em competência e capacidade de aprender a aprender permanentemente. Uma comunidade marcada por uma cultura democrática, que seja tolerante, que aceite a diversidade, o debate aberto e a diferença de pontos de vista.

ESTUDANTES E DIPLOMADOS

Os estudantes são o centro de toda a atividade da Escola. Nessa mediada, é fundamental continuar o desenvolvimento e implementação contínua de atividades e programas/projetos que contribuam de forma decisiva para a sua realização pessoal, intelectual, científica, académica e profissional. Procuraremos criar condições que promovam o desenvolvimento global dos nossos estudantes e a sua preparação para a vida como cidadãos ativos numa sociedade democrática.

Refletir e redefinir as estratégias e prioridades de intervenção no âmbito da organização académica, do apoio ao estudante e da transição para o mundo do trabalho, implica necessariamente atender aos desafios do atual contexto socioeconómico e aos respetivos impactos de natureza académica, social e psicológica nos estudantes. Nesta orientação, é premente encontrar consensos e compromissos para uma prática articulada, cooperante e representativa de respostas integradas e eficientes.

No âmbito da organização académica foi realizada uma grande alteração do modo de funcionamento. Investiu-se particularmente na readequação de toda a regulamentação, iniciou-se a desmaterialização dos processos, quer através da pasta académica, quer dos serviços académicos on line e no reforço da relação de proximidade e transparência na comunicação através da criação da figura do funcionário de Referência. Criou-se o Conselho de Estudantes, que integra a direção da Associação de Estudantes e os Estudantes dos diferentes Órgãos, que permite mensalmente aceder aos problemas vividos pelos estudantes, analisá-los de forma holística e encontrar com os estudantes medidas de melhoria a implementar.

Assumindo a responsabilidade pública da promoção da igualdade social e de uma sociedade inclusiva procuraremos melhorar a condições de aprendizagem para todos usando o sistema de apoio social ao estudante, mantendo o fundo permanente de apoio de emergência para estudantes com extremas carências e analisando a hipótese de criar oferta de atividades profissionais, em tempo parcial, na Escola, que permitam a conciliação dos estudos com o trabalho.

A promoção da saúde e bem-estar dos estudantes constitui uma área essencial que tem que se desenvolver cada vez mais nos próximos anos, entendida no seu mais amplo sentido: não só o bem-estar físico e psicológico, mas também o sentimento de pertença, o clima social e uma variedade de fatores vivenciais para a plenitude da formação do estudante e do seu sucesso. A área da integração dos estudantes na vida da Escola e na cidade, do aconselhamento, do apoio psicológico e desenvolvimento pessoal constitui-se num elemento facilitador da

integração, adaptação e progresso positivo dos estudantes no sistema formativo. As melhorias nos processos de atribuição de bolsas de estudo, no acesso à alimentação e ao alojamento, cumprindo com um compromisso de equidade e qualidade, têm sido uma garantia. Conscientes desta importância, iremos prosseguir a renovação dos espaços de alojamento existentes, ainda não intervencionados, com vista ao aumento dos seus níveis de qualidade e conforto e à reinvenção das atuais instalações (criação de meeting point com condições de estudo livre, acesso à internet, e de socialização).

Numa comunidade como a nossa, todos têm um papel fundamental no apoio ao sucesso de cada estudante. É essencial que todos, independentemente do cargo, serviço ou unidade a que pertençam, estejam disponíveis e aptos a integrar e orientar o estudante, como agentes ativos da integração e orientação e esta tem sido uma marca de qualidade na nossa instituição.

É importante referir também a relevância social do desporto e o seu contributo no desenvolvimento pessoal e social dos estudantes. Nesse sentido, tem sido apoiada a prática desportiva na ótica do fomento de estilos de vida mais ativos, da saúde e bem-estar geral junto da comunidade. As medidas implementadas têm privilegiado o apoio financeiro às atividades desportivas promovidas pela associação de estudantes, a melhoria da qualidade dos espaços desportivos exteriores existentes, o apoio à prática desportiva dos estudantes inscritos na Federação Académica Desporto Universitário (FADU), reconhecendo o valor do Estatuto de Estudante-Alela. Neste mandato urge requalificar o ginásio existente no Pólo A, garantindo espaço para a prática do desporto recreativo e do exercício físico.

A empregabilidade é outro dos fatores chave para o sucesso dos nossos diplomados. Após o insucesso da Agenda de Lisboa, que previa que em 2010 a Europa seria a principal Economia no mundo baseada no Conhecimento, a agenda Europa 2020 identificou o desemprego como problema e apresentou soluções. A Escola tem vindo a dar a esta área cada vez mais atenção. Consideramos no entanto que neste aspeto temos ainda muito a fazer. É absolutamente necessário repensar o serviço de apoio aos novos graduados, alocando-lhe pessoal não docente em permanência, e garantindo o efetivo acompanhamento, personalizado e individualizado dos nossos graduados. Oferecendo-lhes apoio na procura de emprego, gestão das suas carreiras e na formação contínua. Importa criar um Portal do Emprego, que seja alimentado diariamente com as novas ofertas de emprego.

A Escola continuará e se possível aumentará os projetos de voluntariado, bolsas de integração na investigação e bolsas de mérito.

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

O Projeto Portal EU.ESEnfC Alumni, será implementado, com vista a potenciar as redes de relacionamento e o sucesso profissional dos antigos alunos. Será um instrumento fundamental da coesão da comunidade e também uma estratégia para a empregabilidade.

Em síntese, propomo-nos continuar a trabalhar para criar as condições para que *“a educação promova o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos e cidadãs capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”* (Artigo 2º da Lei de Bases do Sistema Educativo).

Como orientação de atividade neste domínio, propomos:

- Manter o esforço de rigor, qualidade e estabilidade nos serviços de apoio ao processo formativo, social, psicológico e de saúde e bem-estar;
- Reforçar a atribuição de bolsas, estágios e outras experiências quer pré-profissionais (ex. Bolsa de estágios BES), quer de iniciação à investigação e o prémio de quatro anuidades na Sociedade Honorífica da ESEnfC;
- Orientar o desenvolvimento da comunidade residente no alojamento da ESEnfC e continuar a melhorar as infraestruturas e serviços de apoio;
- Motivar a criação de núcleos desportivos, preferencialmente ligados à Associação de Estudantes, envolvendo cada vez mais os próprios estudantes no plano de desenvolvimento desportivo da Escola;
- Apoiar projetos e parcerias com entidades desportivas;
- Criar o projeto Portal EU.ESEnfC Alumni;
- Reforçar o desenvolvimento de competências transversais que possam valorizar a adaptação e sucesso pessoal e académico e facilitar a integração no mercado de trabalho ou a criação do próprio emprego;
- Investir na diversidade e especificidade dos apoios ao estudante, criando condições para um crescente trabalho colaborativo e respostas cada vez mais eficazes e participadas;
- Reforçar o apoio ao movimento associativo e estudantil e incrementar a participação ativa dos estudantes em todos os domínios da vida da escola;

- Continuar a fomentar a intervenção da Associação de Estudantes na construção ativa da Escola e apoiar as atividades propostas pela Associação;
- Concretizar o projeto da criação da Associação dos Amigos da ESEnfC (ex-docentes; ex-estudantes; ex-funcionários, outros);
- Reforçar e consolidar as políticas de ação social;
- Manter o fundo académico de apoio ao estudante com carências extremas da ESEnfC;
- Ampliar os espaços de estudo;
- Criar um projeto de apoio ao estudo, prevenção do insucesso escolar e/ou problemas de integração na vida académica promovendo o sucesso escolar;
- Apoiar o trabalho do provedor do estudante;
- Reforçar a intervenção da Escola na promoção de atividades desportivas, artísticas e culturais;
- Manter o projeto de integração dos estudantes do 1º ano, facilitando a sua integração ao curso, à escola e à cidade;
- Continuar a melhorar o funcionamento da residência, cantinas, cafetarias, espaços desportivos, serviços de apoio ao aluno e ação social escolar, ouvindo os estudantes;
- Continuar a reorganização do serviço de apoio, manter e diversificar as valências do Serviço de Saúde, que dinamizem a promoção da saúde e o desenvolvimento pessoal;
- Manter o apoio aos projetos de complemento curricular para a promoção de uma educação para a cidadania e valores;
- Incentivar a criação de novos fóruns de discussão sobre os resultados da avaliação promovendo uma cultura de exigência dos estudantes pelo seu percurso de formação;

DOCENTES

Enquanto atores centrais da Escola, juntamente com os estudantes, funcionários não docentes e investigadores, os nossos docentes constituem um potencial humano inestimável, que quotidianamente contribui para a construção de um projeto comum, prosseguindo, de forma exemplar, os princípios da liberdade de pensamento, da crítica e da diferença.

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

A formação avançada de docentes foi uma das prioridades ao longo dos últimos anos. Quando iniciámos o último mandato, fomos confrontados com o corte do apoio ao financiamento governamental ao programa PROTEC, na mesma altura em que cortes orçamentais significativos nos foram sendo sucessivamente impostos. Na plena consciência que a formação avançada de docentes é essencial para que, por um lado, fossem dadas oportunidades a um número significativo de docentes para iniciarem ou concluírem os seus processos de doutoramento e, por outro lado, pudesse ser reforçada a área científica de Enfermagem essencial para os nossos cursos e investigação, a EEnfC apostou significativamente na formação de mais de 80 docentes ao longo dos últimos anos. A política de apoio à formação e à divulgação científica deve ser mantida e se possível reforçada.

O regulamento geral de avaliação de desempenho dos docentes da Escola, fruto do trabalho de uma equipa, que integrou representantes das oito UCP(s), e de todos os Órgãos, e que envolveu todos os docentes na sua análise, discussão e aprovação dos artigos que o compõem, subordina-se a princípios de equidade, transparência, coerência, imparcialidade e flexibilidade e está orientado para a melhoria da qualidade do desempenho dos docentes (mereceu a concordância e aplauso das estruturas sindicais ouvidas conforme previsto na Lei). Permite, ainda, a valorização das atividades para que se encontram mais motivados, desde que devidamente enquadradas nos objetivos definidos nos planos de atividades. Está a iniciar-se o primeiro ciclo de avaliação que, como esperado não tem sido isento das mais variadas reações emocionais, críticas e preocupações de muitos. É assim a vida numa comunidade democrática, que pensa e que está disponível para participar construtivamente na melhoria contínua dos processos. Este primeiro ciclo, que sempre considerámos experimental, tinha já previsto que daria origem a um processo de revisão do regulamento e grelha de avaliação então aprovados. Esta será uma prioridade.

O regulamento de prestação de serviço docente foi já ajustado devido à necessidade de que a regulamentação responda, de forma cabal, ao ambiente de grande volatilidade e precaridade que vivemos e, sobretudo, que permita uma gestão mais eficaz e articulada dos recursos humanos, valorizando os docentes e o contributo inestimável que prestam nos vários domínios da sua atuação – docência, investigação, transferência de conhecimento e prestação de serviços ao exterior. Em breve, terá também que ser revisto, com a participação do Conselho Técnico-Científico e de todos os docentes, de modo a introduzir alterações que permitam aos docentes privilegiar de modo diferente os seus domínios de atividade, bem como introduzir/reformular os domínios de trabalho organizacional para os quais se atribui diminuição do tempo de trabalho letivo, tendo em conta a expansão de algumas áreas que exigem hoje que se aloque mais trabalho docente (como por exemplo a sub-coordenação editorial da escola).

São orientações para ação neste domínio:

- Assegurar que o apoio à formação avançada dos docentes conduza ao maior número possível de processos de doutoramento, e prosseguir uma política de prestação de contas por parte de todos os intervenientes, gestão e docentes;
- Rever o Regulamento de avaliação dos docentes, reforçando a dimensão da autoavaliação e os princípios da colegialidade e da melhoria contínua;
- Construir e aplicar instrumentos de recolha e análise de necessidades de formação pelos docentes, envolvendo a Comissão de Formação dos docentes, o Conselho Pedagógico e Técnico-Científico;
- Rever a Regulamentação da prestação do serviço docente, equilibrando o contributo de cada docente na procura da excelência da Escola e o desenvolvimento individual diferenciado nas dimensões pedagógica, técnica, científica e organizacional;
- Implementar o Regulamento de prestação de serviços à comunidade recentemente aprovado;
- Criar condições à implementação do plano de formação contínua, definido pela Comissão para a Formação, em função das necessidades identificadas no diagnóstico de necessidades e ouvidos os órgãos pedagógico e científico;
- Manter a política de apoio à formação contínua do corpo docente, que premeie a ligação dos docentes a projetos de inovação e extensão na comunidade, bem como a participação na gestão da Escola;
- Continuar a cumprir o plano de abertura de concurso já aprovado;

NÃO DOCENTES

As políticas de valorização e qualificação dos funcionários não docentes têm que se concentrar no aumento dos níveis de conhecimento e no desenvolvimento de competências técnicas e transversais, para que a gestão dos processos e procedimentos possa ser realizada com elevado grau de autonomia e responsabilização, tal como tem sido promovido. Para que estes objetivos sejam concretizados é fundamental continuar a fazer diagnósticos de necessidades de formação, planos formativos específicos e gerais, definição de objetivos e metas claras e

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

avaliação dos resultados (follow-up do processo organizacional). Em simultâneo, é necessário promover uma especialização dos sectores de atividade, atendendo ao nível de informação e exigência que é hoje colocada às instituições públicas. Propomo-nos continuar a apoiar a formação conferente de grau académico quando esta corresponda às necessidades da Escola.

Em paralelo, é necessário manter uma comunicação eficaz e próxima, garantindo, sempre que possível, a existência de ciclos de discussão sectoriais que promovam pro- postas de melhoria contínua dos serviços prestados e as reuniões mensais com as coordenações dos serviços.

Propostas de ação:

- Manter a políticas/orientações globais para a formação dos não docentes, promovendo o equilíbrio e equidade dentro entre os diferentes setores e serviços da Escola;
- Manter a aposta na formação profissional básica, avançada e/ou especializada, através da criação, desenvolvimento e aprofundamento de competências (interna, em contexto e externa);
- Manter e desenvolver o sistema de avaliação do desempenho, mais próximo, coerente e aplicado de forma equilibrada;
- Incentivar uma gestão mais eficiente, participada e partilhada dos e funcionários não docentes, num quadro de referência e qualidade dos serviços prestados;
- Promover a reformulação dos manuais de procedimentos dos serviços, tornando mais claros os níveis de responsabilidade, padrões de qualidade e os procedimentos de garantia da qualidade;

CULTURA E CIDADANIA

Uma comunidade criativa alimenta-se de cultura. A ciência é cultura, tal como a técnica e a linguagem, num conceito amplo e abrangente. E a cultura é eminentemente o espaço de criação do humano. Os valores como o rigor, a responsabilidade, a crítica e a abertura de espírito marcam tanto o campo da ciência quanto o das artes e da criação estética. O primeiro espaço natural da cultura é o espaço humano da convivência, esse tecido orgânico e elástico onde tecemos os elos quotidianos, ideias, sentimentos, que nos constroem, na singularidade de cada um ou na partilha. Importa, pois, cuidar do “ambiente” - o clima ético e/ou estético-organizacional que enquadra a nossa convivência.

AESEnfC é um ecossistema cultural e é nessa dimensão profunda, muitas vezes intangível, que uma comunidade se alicerça e recria. Temos definidos claramente os valores que sustentam a ação coletiva, um compromisso assumido declarado que deve governar as relações interpessoais no interior da instituição e no modo como se posiciona nas relações com o exterior.

Temos aprovação do Código de Conduta, bem como o Estatuto Disciplinar dos Estudantes, é um sinal significativo, pois trata-se de documentos importantes norteadores da vida em comum, da participação e da responsabilização, dos direitos e dos deveres.

O cimento de uma comunidade está na solidez dos valores que a agregam e a mobilizam. Entendo, com relevância acrescida no atual contexto, que a Escola se deve reafirmar como coletivo socialmente responsável, de que são exemplos o fundo Solidário, que teve origem na iniciativa dos estudantes, orientado para o apoio aos estudantes, Necessitam os de incrementar a organização e gestão de atividades culturais e de lazer para docentes e não docentes bem como os espaços/tempos de convivialidade informal.

A Escola, particularmente através das suas Unidades Científico-Pedagógicas de Investigação e Relações Nacionais e Internacionais têm a responsabilidade de promover a abertura das fronteiras científicas, culturais e de cidadania que vão além do suporte e da dimensão da educação mais formal.

O conjunto de iniciativas expostas nos pontos anteriores, dirigidas aos estudantes e à comunidade em geral, devem trespassar a Escola, transformando-a, como tem vindo a acontecer, num fórum aberto de construção de ideias, visões do mundo, de criação e disseminação do conhecimento e da cultura ao serviço da Enfermagem, do país e da região. Neste sentido, é necessário encetar a coordenação de ações, que possam corresponder a um programa anual, eventualmente em ligação com instituições da comunidade (Conservatório Nacional de Coimbra, Teatro Académico Gil Vicente, Orquestra Clássica de Coimbra, entre outras) que promova o enriquecimento e reconhecimento interno e externo da Instituição, enquanto entidade capaz de criar e transmitir valor positivo e partilhado, uma instituição como agência de conhecimento, cultura e desporto.

Orientações gerais:

- Abrir a Escola aos estudantes e suas famílias, às outras escolas, instituições de saúde e organizações não- governamentais no domínio da saúde, da solidariedade e cultural;
- Continuar a criar condições ao desenvolvimento do trabalho do grupo responsável pela caracterização dos estudantes, diagnóstico das suas expectativas no ingresso na Escola,

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

potencializando o desenvolvimento dos seus talentos e competências, e prevenindo dificuldades previsíveis, criando mecanismos para a sua superação;

- Reativar, reformular e desenvolver a estrutura interna para gerir, promover e organizar a realização de atividades no domínio da cultura, do desporto, saúde e bem-estar, envolvendo colaboradores dos diferentes sectores/unidades nos projetos e incentivando a participação de todos;

- Comemorar a abertura do ano letivo, aniversário da Escola, Graduação dos estudantes e outras efemérides, sentidas como importantes pela comunidade escolar;

- Aproveitar os dias nacionais e internacionais relacionados com a saúde e a enfermagem para organizar atividades temáticas que aliem uma parte científica com a cultura e/ou o desporto;

- Incrementar a promoção de atividades artísticas e culturais, de iniciativa da comunidade educativa (Tuna, Grupo de Teatro da Associação de Estudantes; Grupo Coral da ESEnfC), em articulação com instituições da comunidade e outras instituições; de ensino superior, num conceito ativo de instituição como espaço de criação e cultura;

- Estabelecer cooperação em rede com organizações/estruturas culturais, nacionais e internacionais;

- Potenciar ferramentas culturais de ligação com a comunidade;

- Estimular a colaboração e prestação de serviços à sociedade, envolvendo a intervenção com as comunidades locais e a participação em redes de solidariedade social;

- Promover espaços de divulgação da cultura científica e da enfermagem enquanto área que detém e produz saberes úteis aos cidadãos.

Todas as políticas e ações desenvolvidas no âmbito deste eixo devem contribuir para que “Os profissionais formados pela Escola sejam reconhecidos socialmente pela excelência da sua formação global para a qual contribui uma cultura institucional que se caracteriza pela centralidade na pessoa, respeito pela sua criatividade, inovação, compromisso com o projeto da Escola, satisfação com o trabalho e estudo e pela articulação sistemática em todos os domínios da formação, inovação e investigação”.

DIRECÇÃO, GESTÃO, DESENVOLVIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O enquadramento legal da governação das instituições de ensino superior consta do RJIES, que entrou em vigor em 2007, sem que, todavia, tivessem sido produzidos os diplomas complementares nele previstos. No último quadriénio revimos os estatutos da Escola e reorganizámo-la de acordo com os mesmos.

O período de 2010 a 2014 foi por isso um período de grandes mudanças internas que se vieram acrescentar à grande transformação que foi a criação da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra no último semestre de 2006. Estes últimos anos desenvolveram-se num quadro de grande incerteza e instabilidade (cortes sucessivos) ao nível do financiamento via Orçamento de Estado. Acresceu, a este desinvestimento, a cativação arbitrária de verbas durante a execução orçamental, nas mais diversas rubricas, que condicionam uma adequada e equilibrada gestão orçamental, em sintonia com os planos estratégico e de atividades e o efeito da redução do valor do trabalho que todos sentimos. Apesar do esforço, envolvimento e muita compreensão de todos, e porque somos uma comunidade viva, todas estas transformações tiveram impactos mais ou menos profundos no nosso quotidiano e nas nossas emoções, que tem vindo a traduzir-se em alterações no clima institucional geradas pelo desconforto que as mudanças abruptas provocam. Temos que reverter rapidamente esta tendência, encontrando coletivamente estratégias que nos permitam desenvolver a nossa atividade com qualidade mas com menos recursos, estratégias motivadoras da coesão interna e do reconhecimento pelo trabalho e dedicação. Implica um esforço contínuo no sentido de construir e reconstruir permanentemente o clima organizacional focalizando-o na qualidade de vida e na promoção de relações gratificantes entre pessoas e sustentado no desenvolvimento de processos facilitadores da comunicação e do diálogo entre todos.

Como sempre afirmámos, e procurámos construir como valor, a gestão sobretudo das pessoas é uma área que, não sendo o coração da missão da instituição, concorre de forma decisiva para a sua concretização e é complementada pela gestão dos recursos físicos, orçamentais e de instrumentos de planeamento estratégico.

Continuamos a considerar que a autonomia administrativa e financeira da ESEnC é uma mais-valia que facilita a concretização do plano estratégico institucional, pois permite decidir a política nos diferentes domínios e afetar os recursos de acordo com a as metas estratégicas

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

consensualizadas com todos. Neste sentido e porque são realistas cenários de continuação da diminuição do financiamento público, quer por redução de “plafond” orçamentais transferidos, resultante de políticas de contenção orçamental do estado, quer ainda pela introdução e progressivo aumento, de encargos sociais a suportar pela Escola relativos aos seu trabalhadores, devemos preocupar-nos cada vez mais com as questões de sustentabilidade financeira a longo prazo. É neste contexto que importa proactivamente continuar a trabalhar para identificar formas de diversificar as fontes de financiamento e de aumentar as receitas provenientes da prestação de serviços à comunidade, área recentemente regulada.

O paradigma organizacional, no Século XXI, como dissemos já no nosso último programa de ação 2010-2014, caracteriza-se pela necessidade de mudança contínua, rapidez e flexibilidade de resposta e pela integração virtual, sendo uma das principais mudanças a ideia de que as organizações, também as instituições de ensino superior, agem no contexto de uma economia baseada no valor do conhecimento, na informação e na inovação, para o desenvolvimento da qual devem contribuir. A gestão da ESEnC tem que ter em conta esta lógica dando particular importância aos valores ambientais, e estando cada vez mais preparada para a velocidade, complexidade e imprevisibilidade de processos e de mudanças (Kiernan, 1998).

A estratégia que seguimos no último mandato e que queremos prosseguir, é de desenvolvimento das pessoas e da sua qualificação, colocando-as no centro da decisão, para o que é necessário garantir que se assegurem elevados níveis de informação, participação e envolvimento. Só assim manteremos a capacidade de satisfazer as necessidades que nos impõe o mundo globalizado e competitivo e conseguiremos mais altos níveis de satisfação dos atores.

É necessário continuar a melhorar o sistema de organização do trabalho de modo a continuar a permitir a evolução técnica e científica das pessoas; a reconhecer cada vez mais e de forma diferenciada a qualidade do desempenho e as competências; a continuar a criar a cada um a possibilidade de gerir oportunidades e carreiras; incrementar, ainda mais, a participação e envolvimento das pessoas na decisão; melhorar a capacidade de inovação e de gerar resultados. A recente reforma de Administração Pública alterou o quadro legal de suporte à gestão das instituições dotando-as de novos instrumentos que permitem por um lado maior flexibilização e por outro maior capacidade de reconhecer o mérito e recompensá-lo.

A gestão por objetivos com ênfase nos resultados, processos de avaliação das pessoas e diferenciação pelo mérito é a que prosseguiremos.

Ao nível dos sistemas de informação, a Escola tem que continuar o grande caminho de desenvolvimento e aperfeiçoamento que iniciámos em 2010, de forma a que estes assegurem

a recolha, análise e disponibilização de informação atempada e relevante para a gestão, relativa a todos os processos nos vários domínios da missão. A desmaterialização de processos tem que continuar aproximando-nos tendencialmente a da abolição do papel ao nível dos processos administrativos e pedagógicos e permitindo a todos os interessados em determinado processo seguir informaticamente o seu desenvolvimento.

A qualidade da formação, investigação e prestação de serviços necessita de instalações adequadas. A este nível manteremos o plano de requalificação e manutenção dos espaços da Escola e Residência, continuando a adaptar os edifícios aos novos cenários da formação inicial e pós-graduada e da prestação de serviços e garantindo a conservação adequada dos mesmos.

A continuação da adoção de medidas que otimizem os recursos, de uma política de rigor, racionalidade, diminuição de despesa e de modos de governação que garantam a transparência na gestão financeira é um compromisso que reassumimos.

A avaliação da qualidade continuará no centro das nossas preocupações e tudo faremos para que no final do próximo ano a Escola possa vir a ter o seu Sistema Interno de Garantia da Qualidade acreditado pela A3ES, sem quaisquer restrições.

Por último, importa reafirmar que todas as medidas de gestão, quer as relacionadas com a gestão de pessoas quer de recursos deverão garantir, como já definido como meta, pela comunidade educativa que em 2018 “a ESEnfC é avaliada por padrões internacionais como sendo uma instituição de elevada qualidade quer no ensino quer na investigação.

Para fazer caminhar a ESEnfC no sentido de ser “uma referência no ensino superior a nível dos processos de gestão desenvolvimento e consolidação, que se destaque pelo alto nível de participação na tomada de decisão centrada na auto-responsabilização, pela organização sustentada dos seus processos e pela visibilidade na comunidade, comprometemo-nos a:

Medidas gerais:

- Desenvolver conversações junto dos órgãos de governo e da profissão com vista ao reconhecimento do ensino de enfermagem como ensino universitário;
- Reforçar o apoio ao funcionamento do Conselho Geral, enquanto órgão de decisão estratégica e de supervisão;

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

- Mobilizar o Conselho Geral para ter um papel coadjuvante na procura do financiamento e sustentabilidade da Escola;
- Renovar a nomeação dos vice-presidentes;
- Promover a integração no organigrama da Escola e no Manual da Qualidade as estruturas de coordenação de atividades (Comissões), constituídas pelos presidentes dos órgãos, coordenadores de UCP(s), Unidades diferenciadas e cursos, que funciona como órgão de coordenação e articulação inter-órgãos, unidades e cursos, consulta da presidente, e como estância de análise da qualidade ao nível da gestão pedagógica dos cursos e promoção da melhoria contínua da qualidade;
- Continuar a apoiar o envolvimento ativo e igualitário dos estudantes nos órgãos, cursos e a todos os níveis da vida da Escola;
- Assegurar a sustentabilidade da ESEnfC com base num progressivo aumento das receitas próprias, diminuição para menos de 80% do financiamento atribuído a despesas do pessoal, continuação da diversificação de fontes de financiamento; maior responsabilização individual das coordenações dos cursos e UCPs na gestão dos recursos;
- Utilizar ao nível dos serviços a gestão por objetivos e continuar a implementar o sistema integrado de avaliação do desempenho utilizando-a como um incentivo ao desempenho de mérito extraordinário e dedicação à instituição;
- Melhorar a articulação entre as aplicações informáticas dos diferentes serviços assegurando a recolha sistemática da informação para a presidência e restantes níveis de gestão;
- Continuar a simplificar os procedimentos administrativos e impor prazos de resposta aos requerimentos internos e externos;
- Reforçar o desenvolvimento de cursos e outros projetos transversais a diferentes UCPs;
- Atribuir às UCPs competências de gestão de recursos docentes e de investigação assim como a proposta de novos cursos e a abertura a novos públicos;
- Atribuir às comissões de coordenação dos cursos competências de gestão académica e a missão de renovação do ensino e das práticas pedagógicas;
- Continuar a criar condições ao trabalho da Comissão para a Formação do Pessoal não Docente para que elabore em cada serviço/unidade, o plano plurianual de formação

e desenvolvimento para os colaboradores, após caracterização das necessidades de desenvolvimento profissional, ouvindo os diferentes atores;

- Criar as condições à implementação do plano de formação dos docentes, nas áreas consideradas prioritárias para a realização da missão da escola;

- Apoiar financeiramente formação relevante proposta individualmente para o desempenho das funções;

- Ouvir o pessoal não docente nos processos de reorganização contínua dos serviços, tendo em conta a satisfação e otimização dos recursos;

- Continuar a mobilizar, de acordo com a lei, os funcionários que obtiveram o grau de licenciado em áreas com relevância para os serviços da escola a técnico superior nas respetivas áreas;

- Contratar funcionários não docentes para área de apoio à docência e tradução;

- Promover a atualização permanente do inventário e o registo de todo o património na Escola;

- Continuar a contratar docentes convidados, a tempo parcial, para garantir o acompanhamento dos estudantes em ensino clínico e a ligação aos meios profissionais;

- Continuar a afirmar junto da tutela e do CCISP a necessidade de maior transparência e equidade na alocação do financiamento público às Instituições de Ensino Superior, designadamente através da indexação do financiamento a indicadores de desempenho, qualitativos e quantitativos;

- Projetar a sustentabilidade financeira da Escola, numa perspetiva de rentabilização de centros de custos, diversificação de fontes de financiamento e experimentação da implementação de estratégias profissionais de angariação de fundos (transversais e agregadoras);

- Continuar a política de prestação pública de contas, permitindo que a comunidade efetue a necessária avaliação da alocação dos recursos públicos;

- Dar prioridade ao desenvolvimento do sistema de informação, tal como proposto pela CAE, reforçando o serviço de recolha e tratamento de informação, em ordem a assegurar a disponibilidade de dados gestionários de forma cada vez mais sistemática, atempada e fiável;

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

- Reforçar a ligação entre as Escolas de Enfermagem de Lisboa e Porto, promovendo a utilização sinérgica de recursos e as condições a uma futura reorganização da rede de ensino superior na área da enfermagem, tal como previsto no protocolo recentemente assinado;

INFRAESTRUTURAS

Apesar da ausência de financiamento direto do OE, foi possível à Escola, efetuar a construção e requalificação de vários espaços.

Entre os anos de 2007 e 2013 inclusivé foram investidos em infraestruturas e equipamentos cerca de 2.800.000 €. Destacamos a requalificação entre 2007 e 2013 dos serviços académicos, do serviço de recursos humanos, secretarias científico-pedagógicas, diversas salas de aula, 3º e 4º andar do Polo C, Unidade de Investigação, Refeitório do Polo A, ampliação e requalificação do refeitório do polo B, foram impermeabilizados e pintados os edifícios do Polo A e Polo C, requalificado o R/Ch do Polo A com instalação de área dos serviços da Presidência da Escola, requalificação das copas das alas de estudantes do Polo C, foi instalado o centro de simulação no Polo A e Polo B, ala de professores convidados, novo sistema de aquecimento no Polo A, Arquivo e armazém do Polo B, nova central telefónica Voip, escadas de emergência no Polo C, ar-condicionado no Polo B.

As infraestruturas terão que acompanhar o desenvolvimento traçado para a Escola numa ótica de sustentabilidade do edificado existente e incorporação/reestruturação de novos espaços que permitam acolher todos os projetos nas diferentes áreas de missão.

Neste âmbito:

- Promoveremos a substituição das coberturas e a impermeabilização das fachadas do edifício Pólo B;
- Promoveremos a reabilitação do segundo andar de alojamento de estudantes ainda não intervencionado;
- Promoveremos a requalificação do Piso -1 da Residência de Estudantes (Polo C - ESEnfC)
- Criação de Salas de Estudo e espaço do ginásio.
- Procuraremos obter os financiamentos com vista à requalificação energética: Eficiência, conforto e sustentabilidade do Polo A e Polo C com sistema de Climatização - AVAC;

Instalação de Painéis Solares; Substituição de Caixilharia Exterior; Isolamento térmico do edifício, Substituição de aparelhos/equipamentos de iluminação, sistema de aproveitamento de águas pluviais para sanitários e rega de jardim, etc.

- Procuraremos obter os financiamentos com vista à Requalificação do Parque de Estacionamento (Polo B- ESEnfC).

QUALIDADE E MELHORIA CONTÍNUA

A reflexão sobre as práticas em uso e a partilha de boas práticas entre os docentes, cursos e UCP(s), bem como a identificação de áreas e processos que necessitam de melhoria contínua, tem sido um dos aspetos gratificantes do processo de auto-avaliação da Escola, da avaliação/acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento e das avaliações externas, e constitui a garantia de que reformularemos a organização do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ) e o Manual da Qualidade de acordo com as recomendações da Comissão de Avaliação Externa (CAE) da A3ES, alinhando-os com o modelo de governação partilhado, responsabilizador e coeso.

A reformulação do manual da qualidade deverá ser firmemente ancorado no novo Plano Estratégico a desenhar com todos até ao final de 2014, e sustentado na recomendações da CAE, nas European Standards & Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area, e nas recomendações da European University Association (EUA) de Dezembro de 2010, como já tínhamos feito na versão anterior. Culminará, ainda, o trabalho, já iniciado, de reflexão, crítica e revisão das estruturas internas de comunicação e organização da Escola. A continuação e reforço da implementação de uma política partilhada e concertada de garantia de qualidade têm como principais objetivos a melhoria contínua dos serviços prestados nas diferentes vertentes da missão da ESEnfC, gestão racional de recursos, e a melhoria do sistema de informação de apoio aos órgãos e estruturas intermédias e operacionais de gestão e de decisão.

A reorganização do SIGQ deve assentar num amplo uso das competências dos órgãos e unidades estatutariamente existentes e criadas para garantir a articulação entre todas as estruturas da governação aos vários níveis. Deste modo, abrir-se-á o caminho para o reforço, a consolidação, rápida e eficaz, de modo de estar e atuar de todos os que à Escola pertencem, aumentando a qualidade da formação, da investigação, da transferência conhecimento e do papel da Escola no desenvolvimento da Enfermagem.

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

A acreditação do SIGQ pela A3ES que nos foi atribuída com condições – *“Definir claramente a política da qualidade da Escola; Estabelecer a articulação entre os diferentes processos e setores; definir prazos para os diferentes serviços, órgãos, unidades ou gabinetes procederem à integração coerente dos seus processos de GQ com o sistema que se pretende integrado. A definição e implementação das alterações conducentes a essa integração no que se refere à investigação científica e na colaboração interinstitucional e com a comunidade deverão estar terminadas no prazo de um ano. Pela complexidade associada aos aspetos de conceção, e pelo tempo necessário para que se possa dispor de resultados para análise, a CAE considera que só fará sentido reavaliar esta vertente após um período de 2 anos. Aumentar a participação dos diferentes órgãos e partes interessadas internas nos processos de garantia de qualidade atualmente demasiado centralizados”*, deve estimular-nos a continuar o caminho iniciado e devemos sentir-nos satisfeitos por ter assumido um “risco” a que poucas instituições de Ensino Superior se aventuraram até agora, aliás na senda do que nos tem caracterizado: comprometer-nos, quaisquer que sejam as dificuldades, com a qualidade e melhoria contínua do que fazemos.

O trabalho do Conselho para a Qualidade e Avaliação que nos tem propiciado uma relevante experiência de auto-avaliação e melhoria contínua deve continuar a merecer o apoio, colaboração e reconhecimento de todos.

Principias propostas de ação:

- Reformular e consolidar as políticas de garantia de qualidade na Escola;
- Avaliar regularmente a atividade docente e não docente da Escola;
- Definir o Plano Estratégico de Longo prazo 2014-1020;
- Reformular o Manual da Qualidade da ESEnFC, após revisão dos regulamentos de Unidades e Serviços, redefinido padrão e processos de avaliação da qualidade e interligação com o SGIQ;
- Simplificar, desburocratizar e agilizar as ferramentas e mecanismos internos de avaliação e monitorização do SIGQ;
- Continuar a valorizar e reforçar a participação dos estudantes nos processos de avaliação e acreditação institucional e dos cursos, transformando essa participação num traço definidor da cultura institucional;
- Elaborar e publicitar estudos relevantes para a melhoria contínua e a tomada de decisão.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

As dimensões de atuação da Escola são diversificadas e abrangem as áreas de formação, de investigação e de serviços à comunidade, envolvendo as suas oito UCP(s), a UICISA-E e restantes Unidades diferenciadas e Órgãos. Sendo a maior Escola de Enfermagem de Portugal é hoje uma interveniente cada vez mais ativa no contexto nacional na construção do pensamento social sobre a Enfermagem e na capacidade de influenciar o pensamento e políticas nesta área, quer ao nível das instituições de ensino superior que oferecem formação na área, quer ao nível dos grupos, comissões, fóruns de definição de políticas de saúde e orientações técnicas.

É inegável que a ESEnC tem hoje uma visibilidade maior junto dos principais atores a nível local, regional e nacional. No entanto, apesar dessa dimensão, radicada na diversidade e relevância, é preciso aumentar a difusão do que fazemos, do que pensamos e quais são as áreas em que temos peritos capazes de colaborar no desenvolvimento de orientações políticas e técnicas na área da Enfermagem e da Saúde.

O contexto de mudança rápida que ocorre no país e a nível global e as perspetivas de alterações na rede de ensino superior, mais recomendam que se enfrentem os desafios do futuro de uma forma sólida, aproveitando a história, a tradição, os valores e as competências residentes na nossa instituição para influenciar o bem comum.

Neste sentido, pretende-se intensificar o desenvolvimento e manutenção da área da Comunicação e Imagem, com a escolha de uma estratégia que veicule a identidade ESEnC. Assim, a estratégia de Comunicação e Imagem deve ser norteada por alguns princípios gerais, como:

- Contribuir para projetar Coimbra como cidade do conhecimento e da saúde;
- Fortalecer a imagem e cultura organizacional da escola;
- Valorizar e diversificar os processos e suportes de comunicação;
- Incrementar a criatividade, inovação, acessibilidade e clareza na comunicação;
- Garantir o acesso e a compreensão da informação a todos;
- Disponibilizar informação, conteúdos comunicacionais e peças utilizáveis em múltiplos eventos e ações e junto de públicos segmentados (empregadores; potenciais estudantes; antigos estudantes; entidade com relevo institucional, parceiros internacionais, entre outros);

LEVAR O ENSINO DE ENFERMAGEM A ENSINO UNIVERSITÁRIO

Valorizar quem se envolve e premiar o mérito

- Criar uma imagem de divulgação, para uso junto da comunicação social, conferências nacionais internacionais, grupos de trabalho, etc., no sentido de potenciar a imagem da Escola na Comunidade;
- Prestar contas e concretizar uma política transparente de informação e divulgação pública da Escola e dos seus indicadores de resultado.



**Escola Superior de
Enfermagem de Coimbra**

www.esenfco.pt